

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO**

LUCAS HENRIQUE DE ARRUDA SILVA

**A NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE IMAGEM DOS JOGADORES DE
FUTEBOL PROFISSIONAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL/RO
2016**

LUCAS HENRIQUE DE ARRUDA SILVA

**A NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE IMAGEM DOS JOGADORES DE
FUTEBOL PROFISSIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da
Universidade Federal de Rondônia – *Campus*
Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como
requisito parcial para grau final de bacharel em
Direito elaborada sob a orientação da Professora
Mestre Ozana Rodrigues Boritza

CACOAL/RO

2016

Silva, Lucas Henrique de Arruda.

S586n A natureza jurídica do direito de imagem dos jogadores de futebol profissional / Lucas Henrique de Arruda Silva – Cacoal/RO: UNIR, 2015.

60 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.

Orientadora: Profa. Ma. Osana Rodrigues Boritza.

1. Direito do trabalho. 2. Direito desportivo. 3. Direito de imagem. 4. Fraude contratual. I. Boritza, Osana Rodrigues. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 349.2

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

LUCAS HENRIQUE DE ARRUDA SILVA

**A Natureza Jurídica do Direito de Imagem dos Jogadores de Futebol
Profissional**

Esta monografia foi julgada aprovada para obtenção do grau de **Bacharel em Direito** pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* de Cacoal, mediante apresentação à Banca Examinadora, formada por:

Professor M.e Ozana Rodrigues Boritza– UNIR - Presidente

Professor M.e – UNIR - Simone Maria Gonçalves de Oliveira

Professor M.e – UNIR - Jonathas Siviero

Cacoal/RO, ____ de Fevereiro de 2016.

Dedicatória

Dedico este feito a Deus, autor da minha vida, à minha família, pelo apoio incondicional na horas de dificuldade, a minha namorada pela companhia e cumplicidade a todos os amigos que me acompanharam nesta jornada, e, também, aos meus mestres, sem os quais não conseguiria caminhar esse longo caminho do conhecimento na ciência do Direito.

AGRADECIMENTOS

A Deus, merecedor de toda glória e reconhecimento, pois sem ele não conseguiria nada, logo toda conta e glória a ele.

À minha família, meu pai pelo acompanhamento neste processo de elaboração de trabalho e pelo apoio diário, a minha mãe pelas palavras de incentivo e de apoio sempre tentando tornar esse processo mais fácil possível a minha irmã pela ajuda na elaboração deste árduo trabalho e pela ajuda de apoio diário. Não poderia esquecer dos tios, tias, avôs, avós, primos, sogro, sogra, enfim a todos vocês que fazem parte disto.

A minha namorada pelo incentivo e pelo companheirismo em todo o processo, sempre ajudando e incentivando a elaboração de todo este trabalho que com certeza não foi fácil.

Aos meus amigos e todos aqueles que acreditaram nesse projeto.

A minha orientadora, a Professora Mestra Ozana Rodrigues Boritza, que, desde o princípio, me auxiliou na concretização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os mestres do meu curso de graduação que, de alguma forma, contribuíram de forma ímpar com minha formação acadêmica.

A todos, meu imenso agradecimento.

“Ser Corinthiano é ir além de ser ou não ser o primeiro. Ser corinthiano é ser também um pouco mais Brasileiro.”.

(Toquinho)

RESUMO

O contrato de direito de imagem do jogador de futebol encontra-se no centro de uma discussão jurídica. Trata-se de sua natureza civil ou trabalhista, que influi diretamente na vida dos atletas de futebol de alto rendimento. A problemática está apresentada pois a lei traz de forma expressa a natureza civil do direito de imagem, já a jurisprudência nacional traz o direito de imagem como um contrato de trabalho. A escolha da natureza jurídica traz diversas consequências no âmbito jurídico, influenciando no foro de competência para julgamento, na rescisão unilateral do contrato e no pagamento de verbas trabalhistas com a respectiva tributação. Em alguns casos o direito de imagem pode ser usado como forma de fraudar o sistema jurídico brasileiro, porém em outros casos ele é realmente utilizado como um contrato de exploração da imagem do atleta. É sob essa vertente que é proposta a presente discussão, que buscará investigar a natureza civil ou trabalhista do direito de imagem dos jogadores de futebol profissional. A temática abordada inclui, o máximo possível de entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema abordado.

Palavras-chave: Direito de imagem. Natureza jurídica. Fraude contratual.

ABSTRACT

The image rights contract about soccer players is the center of a legal discussion. It is a civil or labor nature, which directly influences the high performance of their lives. The problem is because of the law brings expressly civil nature of image rights, and the jurisprudence provides the right image as an employment contract. The choice of the legal nature brings several consequences in the legal framework, influencing the competence of judgment, the unilateral termination of the contract and in the labor funds payments. In some cases the right image can be used as a way to defraud the Brazilian judiciary system, but in other cases it is actually used as an exploration contract the athlete's image. It is about this aspect it is proposed to this discussion, that will seek to investigate the civil or legal nature the image rights of professional soccer players. the thematic approach includes, as much as possible of doctrinal and jurisprudential understanding about the topic.

Keywords: Image rights. Legal nature. Contractual fraude.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 CONTEXTO HISTÓRICO	12
1.1 Contornos essenciais sobre futebol	12
1.2 Contornos essenciais do direito de imagem	15
1.3 A normatização do direito de imagem	17
2 DO DIREITO DE IMAGEM	23
2.1 Conceito inicial	23
2.2 Consentimento do uso do direito de imagem	24
2.3 A exposição do atleta em uma partida de futebol	28
2.4 A imagem do atleta de futebol	29
2.5 A natureza jurídica do contrato do jogador de Futebol profissional	31
3 A NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE IMAGEM	33
3.1 Considerações iniciais	33
3.2 A natureza civil do direito de imagem	34
3.3 A natureza trabalhista do direito de imagem	37
4. CONSEQUÊNCIAS DA NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE IMAGEM	41
4.1 Noções gerais	41
4.2 Foro de competência para julgamento	41
4.3 Rescisão unilateral por falta de pagamento do direito de Imagem	43
4.4 Incidência das verbas trabalhistas no contrato de direito de imagem	44
5. O USO FRAUDULENTO DO DIREITO DE IMAGEM	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

A presente monografia propõe o estudo na área de Direito Desportivo, Trabalhista, Civil e outras matérias que influenciarão na construção do conhecimento. O trabalho tem como foco principal o estudo da natureza jurídica do direito de imagem dos jogadores de futebol profissional.

O futebol é o esporte mais praticado no Brasil. Grande parte da população brasileira é adepta a um clube de futebol. Alguns torcem pelo Corinthians, outros pelo Palmeiras tantos outros para o Flamengo, logo grande parte da população brasileira acompanha o esporte.

O futebol até pouco tempo atrás era tratado como algo do dia a dia, porém era visto pela direito de forma indiferente. Com a criação dos sindicatos dos atletas essa indiferença foi diminuindo. Quando os atletas passaram a se unir e a pleitear por seus direitos perante o Poder Judiciário.

Com o advento da Lei 9615/ 98, popularmente conhecida como “Lei Pelé”, o esporte passa a ser regulado de forma legal e específica, apresentando um avanço para a classe de jogadores de futebol. Ocorreu a possibilidade de inovação e construção de uma ideia lógica e legal sobre o tema.

Com o passar do tempo o número de doutrinadores sobre o assunto aumentaram e a quantidade de jurisprudências também cresceu especificamente sobre o tema. Porém, como o assunto é novo, a quantidade de conflito de entendimento sobre o mesmo ainda é constante. Ainda ocorre um numeroso volume de debates sobre a relação entre atleta e clube de futebol. O presente trabalho visa o estudo de um desses conflitos sobre o tema.

A presente pesquisa tem o intuito de estudar a natureza jurídica do contrato de trabalho do jogador de futebol profissional, a partir da consciência do problema gerado sobre o assunto, influenciando diretamente a relação entre o jogador de futebol e o clube de futebol profissional.

Durante o trabalho as respostas serão buscadas em um estudo aprofundado nos aspectos doutrinários existentes sobre o assunto e também no entendimento jurisprudencial sobre o tema.

Ao longo da pesquisa persegue-se a busca das origens dos institutos que serão apresentados, entendendo que são baseados em evoluções históricas, legal, doutrinaria e jurisprudencial.

Inicialmente o trabalho buscará na história o início da atividade profissional do atleta de futebol e sua evolução no decorrer do tempo, perseguindo um fundamento na história sobre o tema do trabalho. A abordagem histórica do tema busca apresentar as dificuldades e os desafios da carreira do jogador de futebol, que nem sempre foi pautada em fama.

O ponto seguinte irá estudar de forma específica o direito de imagem e como ele se apresenta ao atleta profissional, buscando acolhimento na Constituição Federal, que foi o primeiro texto constitucional a tratar sobre o assunto, elevando o direito à imagem e a garantia individual.

A seguir o trabalho irá estudar a natureza civil ou trabalhista do contrato em comento, apresentando a fundamentação das duas hipóteses bem como as consequências jurídicas que podem trazer para os casos práticos. Por fim, almeja-se alcançar um estudo prático e eficaz procurando as fundamentações jurídicas de cada natureza, bem como o resultado e as consequências que a escolha de uma ou de outra podem trazer ao mundo real. Pretende-se com o estudo demonstrar que o direito de imagem deve ser protegido pois no caso do atleta de futebol a exploração é progressivo e de grande exposição, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional.

Na pesquisa monográfica o método adotado será o hipotético dedutivo, que mostra-se o método adequado para que se possa alcançar o objetivo proposto. Serão adotados o ordenamento jurídico de forma combinada com a doutrina e os entendimentos dos Tribunais, tendo como objetivo maior o estudo da problematização abordada no trabalho, buscando a formação de um entendimento legal, válido e eficaz da natureza jurídica do direito de imagem dos jogadores de futebol.

O método hipotético dedutivo mostra-se o mais eficiente pois serão discutidas teorias já existentes, resultando na confirmação de algumas das hipóteses levantadas. Será adotada a pesquisa bibliográfica, aprofundando a matéria sobre matérias já públicas para que se possa consolidar um conhecimento do referido tema.

Na sistematização do estudo serão adotadas técnicas de leitura, fichamento e análise da lei, da jurisprudência e das doutrinas com ligação ao tema, além de apresentação de exemplos práticos.

Diante desse cenário surge a importância do estudo sobre o assunto, devido ao evidente conflito entre a Lei e a Jurisprudência, as consequências da natureza jurídica do direito de imagem que afetam a competência para o julgamento, possibilidade de rescisão do contrato de trabalho, pagamento de verbas sociais, trabalhistas e tributárias entre outras hipóteses que irão surgir no curso da pesquisa.

Dessa forma, passa-se à discussão acadêmica quanto ao tema, desenvolvendo uma busca doutrinária e jurisprudencial para a produção do conhecimento científico.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

1. Contornos Essenciais sobre o Futebol

O futebol é um dos esportes mais disputados no mundo. A modalidade é disputada por duas equipes que são divididas em 11 jogadores de cada lado, sendo mediadas por um árbitro, que tem como função tomar decisões importantes no momento da partida. O objetivo de cada equipe é chegar ao gol adversário e alvejá-lo, em um espaço de 90 minutos onde a equipe que marcar o maior número de vezes vence a partida.

As equipes de futebol são chamadas de forma geral de clubes de futebol, que foram criados inicialmente de forma amadora e com o passar do tempo foram angariando adeptos, tornando-se uma instituição que é acompanhada por milhões de pessoas. Um clube de futebol geralmente possui uma estrutura organizacional com Presidente, Diretores, Gestores, Conselho Deliberativo, todos formados por pessoas que acompanham o clube de forma diária, entretanto a maioria da cúpula do clube de futebol não é profissional do futebol, são apenas pessoas de várias áreas da sociedade que nas horas vagas acompanham e ajudam a comandar o clube de futebol.

A prática esportiva deve ser vista não apenas como um esporte, mas como uma forma de transformação social e formação do caráter de seus atletas. Muitos nasceram em condições humildes e conseguiram melhorar sua condição social por meio da prática futebolística. A prática desportiva tem atraído milhares de pessoas na atualidade devido aos altos valores pagos aos atletas.

O início da prática esportiva denominada futebol possui é exato. Segundo Silva (2005), o começo da prática esportiva se deu:

Na China do século 3 e 2 antes de nossa era. Mais precisamente na época da dinastia de Han, existe um livro de instruções militar no qual figura, parte dos exercícios físicos, o Tsuh Kuh. Uma bola de couro enxertada com plumas e pelos teria que ser lançada com o pé a uma pequena rede, com uma abertura de 30 a 40 cm, cercada de varas de bambu. Uma mostra de habilidade que requeria seguramente muita destreza e técnica.

O futebol moderno como é praticado na atualidade, tem início no século XIX na Inglaterra. Neste sentido Matchuca (2011):

Na Inglaterra, o jogo ganhou regras diferentes e foi organizado e sistematizado. O campo deveria medir 120 por 180 metros e nas duas pontas seriam instalados dois arcos retangulares chamados de gol. A bola era de couro e enchida com ar. Com regras claras e objetivas, o futebol começou a ser praticado por estudantes e filhos da nobreza inglesa. Aos poucos foi se popularizando. No ano de 1848, numa conferência em Cambridge, estabeleceu-se um único código de regras para o futebol. No ano de 1871 foi criada a figura do guarda-redes (goleiro) que seria o único que poderia colocar as mãos na bola e deveria ficar próximo ao gol para evitar a entrada da bola. Em 1875, foi estabelecida a regra do tempo de 90 minutos e em 1891 foi estabelecido o pênalti, para punir a falta dentro da área. Somente em 1907 foi estabelecida a regra do impedimento. O profissionalismo no futebol foi iniciado somente em 1885 e no ano seguinte seria criada, na Inglaterra, a International Board, entidade cujo objetivo principal era estabelecer e mudar as regras do futebol quando necessário. No ano de 1897, uma equipe de futebol inglesa chamada Corinthians fez uma excursão fora da Europa, contribuindo para difundir o futebol em diversas partes do mundo. Em 1888, foi fundada a Football League com o objetivo de organizar torneios e campeonatos internacionais. No ano de 1904, foi criada a FIFA (Federação Internacional de Futebol Association) que organiza até hoje o futebol em todo mundo. É a FIFA que organiza os grandes campeonatos de seleções de quatro em quatro anos. Em 2006, aconteceu a Copa do Mundo da Alemanha, que teve a Itália como campeã e a França como vice. A FIFA também organiza campeonatos de clubes como, por exemplo, a Copa Libertadores da América, Copa da UEFA, Liga dos Campeões da Europa, Copa Sul-Americana, entre outros.

O futebol chegou ao Brasil em 1894 com Charles Miller, que era nascido no Brasil, porém indo à Europa para estudar teve contato com a prática futebolista, trazendo em sua volta uma bola de futebol, com o objetivo de disseminar a prática esportiva no país. Neste sentido Soares (2007, p. 22) destaca:

O nascimento e os primeiros anos do futebol no Brasil fica marcado pelo caráter elitista. Os ingleses e estudantes que voltavam da Grã-Bretanha foram seus precursores; estes faziam parte da elite social e econômica das sociedades paulista e carioca. Era um esporte de ricos, para ricos. Além de sua origem transplantada, é necessário se considerar que tudo o que dizia respeito ao jogo – uniformes, bolas, redes, e até mesmo apitos – era muito caro, importado da Europa. Sua prática, inicialmente, exigia um grande campo, muito bem gramado e tratado. Essas características deram a conotação social do esporte em seus primeiros anos, mas essa face iria mudar rapidamente.

A década de 1920 é considerada como um marco na mudança de patamar do futebol. A partir dessa data ocorre o início do profissionalismo, onde a elite da sociedade da época nota que o esporte poderia ser uma forma de divulgação da marca da empresa. Inicia-se um processo de formação de pequenas ligas, para compor os times das indústrias os operários que tinham aptidão para o futebol

gozavam de privilégios como aumento salarial e uma jornada menor de trabalho. Neste sentido Soares (2007, p. 24) destaca:

Os primeiros atletas do futebol, jovens oriundos das elites e técnicos e profissionais estrangeiros, não trabalhavam em funções pesadas e extenuantes. Suas tarefas diárias eram, quase sempre, intelectuais e de mando, não exigindo grande esforço ou desgaste físico. Assim, tinham disposição suficiente para os treinos e as partidas, q u a s e s e m p r e disputadas nos finais de semana.

Além dos interesses empresariais o futebol passa a ser visto como uma forma de popularização do governo com as massas, que incentiva o esporte como uma forma de expressão e participação social. O futebol passa a ser visto como transformador de uma sociedade, desde a elite até os trabalhadores mais humildes. Nesse sentido Franzini (2010, pag. 66 e 67) destaca:

O então presidente da CBD era Luiz Aranha, irmão do ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, ambos revolucionários de 30 e diretamente ligados ao presidente Getúlio Vargas, enquanto o chefe da delegação que foi à Itália era Lourival Fontes, diretor da secretaria geral do gabinete do interventor do Distrito Federal, e que anos depois, já no Estado Novo, viria a ser diretor do todo-poderoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Essa íntima relação entre o poder e o esporte não escapou à Folha da Manhã, que, sem meias-palavras, atribuiu à “situação política dominante” o fato de Luiz Aranha estar frente à CBD – de onde, aliás, defendia a oficialização dos esportes como “medida necessária, tendo em vista a influência do esporte para tornar conhecido o país.

A popularização do futebol no Brasil chega ao apogeu com a realização da Copa do Mundo no ano de 1950. Na época o país passa a acompanhar o esporte em grande escala e a prática futebolística começa a ser disseminada para todo o território nacional. Porém, a Seleção Brasileira foi derrotada na partida final pelo Uruguai e esse evento foi conhecido como “Maracanazo”, em alusão ao Estádio do Maracanã no Rio de Janeiro. Segundo relatos da Revista Época essa ato foi visto pelos brasileiros da seguinte forma:

O trauma de 1950 nunca foi devidamente curado dentro do Brasil. Até 2010, quando a Espanha se consagrou campeã, o país era o único campeão do mundo que nunca havia vencido dentro de sua própria casa. Os anos seguidos daquele 16 de julho trouxeram inúmeras alegrias para o torcedor brasileiro, mas ainda falta espantar um último fantasma, o de Ghiggia em uma final de Copa do Mundo no Maracanã.

A partir da copa de 1950 a nação vive uma serie de sucessos em Copas do Mundo, saindo vitoriosa nos anos de 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002, passando a ser reconhecido no mundo como o País do Futebol, devido as conquistas e a formação em grande escala de jogadores profissionais.

O Brasil voltou a ser sede da Copa do Mundo no ano de 2014. Na época o país passava por mudanças econômicas e sociais e o resultado seria muito importante para o futuro do investimento no futebol no país, ademais a memória de 1950 estava marcada. Não obstante o resultado não foi como o desejado, pois o Brasil foi eliminado na semi-final do torneio, em uma partida que ficou marcada como o “Eterno 7x1”, quando o Brasil foi goleado pela seleção alemã. Nesse Sentido Coelho (2014) analisou a derrota:

O estupendo livro Anatomia de uma Derrota recebeu um título primoroso do jornalista Paulo Perdigão, em 1986. Para o vexame na semifinal de 2014, a palavra não é anatomia, mas autópsia. Houve de tudo para explicar a derrota. E há também uma reflexão a fazer sobre o futebol brasileiro depois da maior goleada sofrida pela seleção em cem anos. O futebol brasileiro precisa ter. Acalmar-se, colocar a bola no chão, discutir sobre o que está se passando. E lembrar-se para sempre que o reinício precisa acontecer depois da pior derrota em cem anos. O pior dia da seleção brasileira exige que se faça a autópsia.

Com a realização dos maiores eventos esportivos, o futebol cresce no país passando a ser algo rentável para os clubes profissionais. Os clubes majoram as suas receitas, e instigam o torcedor a investir nos produtos oferecidos e principalmente no comparecimento ao estádio para acompanhar a sua equipe. Ademais aos clubes, devido ao grande consumo de seu produto, gera receita com patrocínios de camisa, patrocínio esportivo, direitos de transmissão de televisão, proporcionando ao final do ano quantias consideráveis de dinheiro.

O principal fator de venda dos produtos é o jogador de futebol, que se torna a referência do clube de futebol pois o torcedor vai ao estádio para vê-lo jogar, consome produtos oficiais com o nome de determinado jogador, paga televisão fechada para acompanhar seu clube devido aos jogadores que ali disputam determinada competição.

Por outro lado a forma de distribuição dessas receitas não era regulamentada e o clube explorava a imagem do atleta, que não possuía nenhum direito a esse valor arrecado, porém na data de 24 de março de 1998 é sancionada a Lei 9615, popularmente conhecida como “Lei Pelé”, que tem como um dos seus temas a regulamentação do direito de imagem no Brasil.

1.2. Contornos Essenciais do Direito de Imagem

Com o avanço dos meios de comunicação a forma de exposição da imagem do indivíduo foi ficando mais rápida. A imagem do jogador de futebol vai além da simples exposição de suas aparências físicas, mas tornou-se uma mercadoria e uma forma de arrecadação.

Bittar (1995) conceitua direito de imagem como:

Direito que a pessoa tem sobre a sua forma plástica e respectivos componentes distintos (rosto, olhos, perfil, busto) que a individualizam no seio da coletividade. Incide, pois, sobre a conformação física da pessoa, compreendendo esse direito um conjunto de caracteres que a identifica no meio social. Por outras palavras, é o vínculo que une uma pessoa à sua expressão externa [...].

Do mesmo modo Sahm (2002) conceitua direito de imagem da seguinte forma:

vários elementos componentes da imagem, inclusive o da imagem-qualificação, podemos enunciar o direito à imagem como: conjunto de faculdades ou prerrogativas jurídicas cujo objeto é toda expressão e sensível da personalidade que individualiza a pessoa quer em sua expressão estática (figura), quer dinâmica (reprodução); assim como por meio da qualificação ou perspectiva, de acordo com a sua verdade pessoal, (existencial), a imagem que faz de si (subjetivamente) e seu reflexo na sociedade (objetivamente), garantida a utilização exclusiva pelo titular, compreendendo a prevenção dos atentados sem prejuízo da indenização por danos causados.

O direito de imagem pode ser entendido como direito da pessoa, sob todas as suas expressões e prerrogativas possíveis, individualizando a pessoa através de uma figura que pode ser dinâmica ou estática. Logo o direito de imagem possui essa função de proteção a esse direito personalíssimo.

O direito de imagem vem assumindo uma relevância cada vez maior em todos os âmbitos, necessitando de uma forma de regulamentação eficaz. Neste sentido Marisco (2007, p. 13) descreve:

No entanto, mesmo o direito à imagem sendo um somatório proveniente de longa data, este direito só foi reconhecido pela lei e pela doutrina há pouco tempo. Até mesmo na metade do século passado, negava-se a sua existência, embora a jurisprudência francesa tenha registrado a primeira

decisão ainda no século XIX, antes mesmo de as doutrinas italiana e alemã tratarem do assunto.

Os agentes do direito começaram a reconhecer o direito de imagem de forma gradual, tendo como pioneiro ao direito Alemão, no século XIX. Os entendimentos tinham como base principal a defesa do direito à vida privada, como a principal ideia da defesa da intimidade da pessoa.

O direito de imagem permeia toda a sociedade. A presença desse direito torna a regulamentação necessária além de sua proteção legal, sendo oportuno o seu estudo e a análise detalhada com uma ideia de proteção do indivíduo contra os abusos da exploração a referido direito.

O direito de imagem no Brasil teve como grande marco o avanço tecnológico do século XX, e a sua proteção se deu de forma contínua e lenta, sendo abarcada de forma mais eficiente apenas no texto Constitucional de 1988.

1.3. A normatização do direito de imagem

Até o final dos anos 30, o esporte nacional, era regido através de analogias de diversos ramos. O estado não se interessava em regulamentar o assunto, pois naquele momento o esporte nacional não possuía grande atenção ao ponto de necessitar de uma melhor regulamentação.

No governo de Getulio Vargas essa relação começa a ser alterada, pois o desporto torna-se uma forma de atrair a população para as inovações do estado. O primeiro instrumento normativo foi o Decreto Lei no 3.199, promulgado em 14 de abril de 1941. Este documento cria o Conselho Nacional de Desporto, que tinha como fim a fiscalização, orientação e incentivo à prática de esportes no Brasil sendo que sua estrutura era toda nomeada pelo Presidente da República.

Descrevia o Decreto Lei no 3.199/41 em seus artigos 48 , 53 , 54:

Art. 48: A entidade desportiva exerce uma função de caráter patriótico. É proibido a organização e funcionamento de entidade desportiva, de que resulte lucro para os que nela empreguem capitais sob qualquer forma.
Art. 53: É dever das entidades desportivas, que abranjam desportos de prática profissional,organizar a superintendência técnica das atividades

amadoras correspondentes e realizar torneios e campeonatos exclusivamente de amadores.

Art. 54: Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.

Esta primeira regulamentação sobre o assunto no Brasil notadamente possui um viés estatal. O Brasil passava pela denominada época do Estado Novo, onde o então presidente Getúlio Vargas buscava a centralização de todas as áreas do país e dentro disso o esporte estava inserido. Ademais a lei ainda possui um viés preconceituoso com a proibição da prática esportiva para mulheres, que eram vistas na época como uma classe subalterna.

Na mesma época do Estado Novo o país avança na seara trabalhista com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho. Neste sentido Corti (2013):

Como vemos, o Estado Novo conjugou autoritarismo político e modernização econômica, sob um pano de fundo nacionalista e fascista. A relação que a ditadura varguista estabelecia com a sociedade era de controle e vigilância. Foi instituído o sindicato oficial, filiado ao Ministério do Trabalho, e abolida a liberdade de organização sindical. As relações entre trabalhadores e patrões ficavam assim sob controle do Estado, em que prevalecia a lógica conciliatória e o esvaziamento dos conflitos. A visão por trás disso era de que o Estado devia organizar a sociedade, e não o contrário. Em contrapartida às restrições à organização dos trabalhadores, Getúlio implementou uma série de leis trabalhistas, culminando com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, que garantiu importantes direitos e atendeu antigas reivindicações do movimento operário. Isso projetou a imagem de Vargas como "o pai dos pobres".

Mesmo com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho o assunto referente aos jogadores de futebol profissional foi deixado à deriva do ordenamento jurídico vigente à época, continuando a ser um documento legal não sujeito à intervenção estatal.

A primeira regulamentação referente ao atleta profissional foi promulgada pelo presidente Jânio da Silva Quadros, o Decreto nº: 51.008, de 20 de julho de 1961, que tinha como principal foco a realização das competições esportivas. O Decreto foi um avanço no cuidado ao atleta de futebol e tinha em diversos pontos do seu texto alusão a saúde física do profissional do futebol, mas ainda era restrito às atividades do mesmo.

Descrevia assim o Decreto Lei 51.008, de 20 de Julho de 1961 em seu artigo primeiro e terceiro:

Art. 1: As associações desportivas sediadas no País, além das competições futebolísticas, amistosas ou oficiais, realizadas aos sábados, domingos e feriados, somente poderão disputar mais uma partida, durante os dias úteis

da mesma semana, desde que isso ocorra depois das 18 horas e, não haja inclusão de atleta que tenha participado de prélio anterior, salvo se guardado intervalo de 72 horas no mínimo entre os dois cotejos.

Art. 3º Na quadra do ano correspondente ao Verão, serão vedadas as competições futebolísticas, de qualquer natureza, entre 10 (dez) e 16 (dezesesseis) horas, podendo o Conselho Nacional de Desportos, se julgar convenientes e no interesse dos atletas, ampliar tais limites para determinadas regiões do País, levando em conta a condições climáticas locais.

Conforme visto alhures, o decreto tinha um viés protecionista quanto à proteção física do atleta, não analisando as questões contratuais e a relação de trabalho existente entre o mesmo e os clubes. Continuava a vigência do entendimento no país que considerava o contrato de trabalho do jogador como algo particular que não estaria sujeito a intervenção estatal.

Com o avanço do tempo e a necessidade de uma abrangência maior foi promulgado do Decreto 53.820, de 24 de março de 1964, sendo o primeiro texto legal a tratar de forma direta do contrato entre jogador e clube de futebol, instituindo pela primeira vez o “passe” do jogador de futebol profissional. Neste sentido, Soares (2007, pag. 52) descreve o passe:

O “passe”, que na época existia em quase todos os países, era um valor que o clube cobrava para transferir um de seus jogadores para outro. Sob a alegação de que visava restituir tudo aquilo que a agremiação investiu na formação do atleta, era fixada uma quantia que deveria ser paga para que o atleta pudesse mudar de clube. A cobrança desse valor subsistia ao encerramento do contrato. Mesmo quando este viesse a termo, e o clube não mais tivesse qualquer interesse em continuar com o jogador em seu plantel, ainda assim o “passe” era obrigatório. O fim do contrato não dava liberdade ao atleta para se transferir. Seu novo clube deveria pagar o “passe” para a antiga agremiação, mesmo não havendo mais contrato vigente. Era um direito patrimonial, nascido a partir do contrato, que estendia seus efeitos para depois do encerramento da relação entre as partes.

O Decreto 53.820/64 disciplinou o instituto do passe do jogador de futebol ajudando na diminuição dos abusos dos clubes de futebol. Outro ponto importante do Decreto transcrito era a proibição que jovens menores de 16 anos fizessem contrato com os clubes de futebol. Descrevia assim o Decreto Lei 53.820/64, de 24 de Março de 1964 em seu artigo terceiro:

Art. 3º O prazo de vigência do contrato de atleta profissional de futebol não poderá ser inferior a três meses nem superior a dois anos, de vendo constar do respectivo instrumento, sem prejuízo das cláusulas que venham a ser estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desportos e das de interesse das partes, que não contravenham dispositivos legais, a obrigatoriedade da assistência médico-hospitalar ao atleta, por parte de associação desportiva empregadora, em caso de acidente resultante da prestação dos seus serviços profissionais, além do seu direito a ausentar-se do trabalho para prestação de provas e exames, quando estudante.

§ 1º Constituem requisitos essenciais à validade do contrato de atleta profissional de f Futebol:

A) haver completado 16 anos de idade à data do contrato, devendo se assistido pelo pai ou responsável se menor de 21 anos;

B) estar em situação regular com o serviço militar;

C) ser alfabetizado.

§ 2º Os contratos dos atletas profissionais de futebol serão encaminhados pelas associações desportivas empregadoras ao Conselho Nacional de Desportos, ou aos Conselhos Regionais de Desportos, conforme o caso, para o competente registro vedado ao atleta participar de qualquer competição antes de ser efetuado o registro.

Porém, mesmo com avanço do Decreto-Lei 53820. foi necessária uma nova regulamentação da atividade do atleta do futebol, que surgiu 12 anos depois com a promulgação da Lei 6.354, de 2 de setembro de 1976, durante o mandato do presidente Ernesto Geisel, sendo que esta lei tornava o atleta de futebol profissional um trabalhador.

Descrevia a Lei 6.354/76 em seu artigo primeiro e segundo:

Art. 1º - Considera-se empregador a associação desportiva que, mediante qualquer modalidade de remuneração, se utilize dos serviços de atletas profissionais de futebol, na forma definida nesta Lei. Art. 2º - Considera-se empregado, para os efeitos desta Lei, o atleta que praticar o futebol, sob a subordinação de empregador, como tal definido no artigo 1º mediante remuneração e contrato, na forma do artigo seguinte.

Com o advento da Lei 6.354 o futebol passa a ser tratado como algo profissional, onde as relações de trabalho passam a ser aplicadas, porém mesmo com a vigência da Lei, o jogador de futebol profissional não possui alguns direitos dos trabalhadores comuns como a garantia de julgamento dos litígios pela Justiça do Trabalho, sendo o foro de competência a Justiça Comum. A questão de competência para julgamento ficava evidenciada de forma clara no artigo 29 da referida lei, que prescrevia que somente seriam admitidas reclamações à Justiça do Trabalho depois de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva.

Quanto ao passe do jogador a Lei 6.354/76 manteve a ideia do decreto 53.820 inalterada. A Lei trazia passe como a “ importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes”.

No que diz respeito à idade mínima de 16 anos para a assinatura do contrato de trabalho do jogador de futebol a ideia do decreto 53.820 foi mantida. A Lei 6.354/76 se referia ao assunto no artigo quinto:

Art. 5º — Ao menor de 16 (dezesseis) anos é vedada a celebração do contrato, sendo permitido ao maior de 16 (dezesseis) anos e menor de 21 (vinte e um) anos, somente com o prévio e expresse assentimento de seu representante legal.

Parágrafo único — Após 18 (dezoito) anos completos, na falta ou negativa do assentimento do responsável legal, o contrato poderá ser celebrado mediante suprimento judicial.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 a ideia de proteção ao trabalho e o reconhecimento mais efetivo da dignidade da pessoa humana influenciaram na forma do contrato do jogador de futebol profissional. O direito do trabalho passa a ser um dos direitos sociais básicos. Neste Sentido, Afonso da Silva (2003, p. 285 - 286) descreve direito social como:

Dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao aferimento da igualdade real, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício da liberdade.

Com as novidades estabelecidas pelo texto constitucional, a ideia do passe necessitava ser alterada, pois pelo conceito inicial a relação entre clube e atleta era desigual. Por fim, o contrato do jogador de futebol profissional só foi efetivamente alterado com o advento da Lei. 9.615, de março de 1998.

A Lei 9615, conhecida popularmente como “Lei Pelé”, institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Dentro da normativa legal o direito de imagem é retratado de forma até então abrangente e específica. A Lei 9615 trata o direito de imagem em seu artigo 87, trazendo o assunto como:

Art. 87. A denominação e os símbolos de entidade de administração do desporto ou prática desportiva, bem como o nome ou apelido desportivo do atleta profissional, são de propriedade exclusiva dos mesmos, contando com a proteção legal, válida para todo o território nacional, por tempo indeterminado, sem necessidade de registro ou averbação no órgão competente.

Art. 87-A. O direito ao uso da imagem do atleta pode ser por ele cedido ou explorado, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com o contrato especial de trabalho desportivo.

Parágrafo único. Quando houver, por parte do atleta, a cessão de direitos ao uso de sua imagem para a entidade de prática desportiva detentora do contrato especial de trabalho desportivo, o valor correspondente ao uso da imagem não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) da remuneração total paga ao atleta, composta pela soma do salário e dos valores pagos pelo direito ao uso da imagem.

O artigo 87 da Lei acima transcrita marcou a normatização do direito de imagem no Brasil, trazendo as diretrizes gerais sobre o assunto. Como destaque do texto legal pode ser citada a garantia da propriedade do direito de imagem ao atleta

profissional que pode ser cedido para exploração através de um contrato de natureza civil até um limite máximo de 40% da remuneração total paga ao atleta.

Com a normatização legal do direito de imagem os clubes passaram negociar com os atletas o uso desse direito. Ocorre que, com o tempo, esse contrato civil de exploração passou a ser utilizado como forma de pagamento salarial. Por exemplo: Atleta X receberia grande parte do seu salário através da imagem e diminuiria o valor recebido e registrado na Carteira de Trabalho.

A “manobra” passa a ser utilizada devido ao fato de que sobre o valor do contrato civil não há incidência de tributação, diferentemente do contrato de emprego onde se pratica a incidência de verbas previdenciárias e outras espécies de tributação.

Atento ao fato que os salários dos jogadores são menores do que o contrato de direito de imagem o Tribunal do Superior do Trabalho fixa entendimento que o contrato de direito de imagem é salário. Com isso todos os encargos sociais, trabalhistas e tributários deveriam ser calculados com base na soma das duas partes mencionadas no projeto anteriormente. No exemplo acima seria feito o cálculo com base no valor total do do rendimento, ou seja, sobre o valor registrado em Carteira de Trabalho somado do valor dos direitos de imagem. Segue um exemplo do entendimento do Tribunal Superior do Trabalho:

No caso, ficou expressamente consignado pelo TRT que a remuneração do jogador era composta de um salário fixo (de R\$ 20 mil), mais R\$ 15 mil mensais referentes ao direito de imagem, e a quantia correspondente à divisão, entre os jogadores que participam dos jogos, de 5% sobre o valor da transmissão”, disse o ministro em seu voto. “O pagamento de todas essas quantias era efetuado de forma periódica e habitual, sendo que aqueles referentes ao direito de arena eram repassados pelo clube em face do contrato de trabalho”, prosseguiu. “O Regional concluiu também que o contrato relativo ao direito de imagem foi firmado com o único intuito de mascarar o caráter salarial dos valores pagos a título de direito de arena. Assim, os valores envolvidos compõem a remuneração, conforme prevê o artigo 457 da CLT”, concluiu. A Quarta Turma, por unanimidade, seguiu o voto do relator, que considerou acertado o entendimento do TRT sobre a natureza salarial das parcelas, e manteve a determinação de integração desses valores no cálculo do FGTS, 13º salário e férias (RR 557/2003-023-04-00.3).

Diante do que foi apresentado é possível perceber a contradição entre a Lei e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, considerando que a natureza jurídica do assunto tratado traria consequências ao atleta, ao clube e ao direito. Nesse sentido, cabe discutir a natureza jurídica do contrato de trabalho do jogador

de futebol, os reflexos que cada uma trará para ambos os lados e consequentemente qual traria maior segurança jurídica.

2. DO DIREITO DE IMAGEM:

2.1. Conceito Inicial:

O estudo referente ao direito de imagem do indivíduo é recente. As legislações pretéritas, principalmente a brasileira, não se voltava ao estudo aprofundado do assunto. Conforme visto no capítulo anterior, o direito de imagem só foi regulamentado de forma clara e expressa a partir do advento da Lei 9615/98.

Além da não preocupação do legislador com a exploração do direito de imagem, outro fator que dificultava o estudo do assunto era o não uso corrente da imagem das pessoas, pois em época pretérita não existiam fotografias, imagens televisivas e muito menos exposição comercial de pessoas em meios de publicidade.

Na primeira metade do século XIX, a invenção da fotografia veio mudar o entendimento do assunto. A imagem da fotografia passa a ser um registro para posteridade, mas como consequência também é considerado uma forma de exposição da imagem do indivíduo, pois o que estava sendo registrado ficaria marcado para sempre em uma folha de papel.

Com o advento dos meios tecnológicos as pessoas começam a expor sua vida, tanto no âmbito público quanto no âmbito privado. Com o surgimento das redes sociais a sociedade passa a acompanhar o dia a dia dos personagens midiáticos e todo esse acompanhamento diário gera uma forma de receita.

Nesse contexto surge o jogador de futebol que passa a ter sua imagem exposta por diversos meios de comunicação, devido ao fato do atleta integrar uma camada social que influencia a vida de pessoas que acompanham todos os passos de seus “ídolos” e com o acompanhamento o atleta passa a ser uma vitrine moderna, pois tudo que ele faz torna-se referência para aqueles que o admiram.

A doutrina tem buscado um conceito do direito de imagem. Delgado (2014 p. 647) concebe direito de imagem como “ideia de projeção da pessoa em seus

relacionamentos próximos e na comunidade mais ampla”. O conceito do autor restringe o direito de imagem apenas no âmbito externo de projeção da imagem do indivíduo.

Já outros autores, de forma diversa, afirmam um conceito mais amplo do assunto não restringindo o tema apenas à exposição da imagem da pessoa, mas também a aspectos internos e de consentimento ou da exposição de sua imagem. Neste sentido Bittar (1997, pag. 25) conceitua direito de imagem como:

Aquele que o indivíduo tem sobre sua estética, sob sua forma plástica sob os componentes peculiares que o distinguem e o individualizam dos demais. É direito que recai sobre a forma física do indivíduo, exclusivamente sobre seus traços externos, sem qualquer relação com suas qualidades interiores. É a abstração que nasce da singularidade do corpo do sujeito, podendo este ser tomado em sua totalidade ou em suas partes individualizadas – a boca, os olhos, as pernas –, desde que capazes de identificá-lo no grupo.

O entendimento do direito de imagem como forma mais ampla é de suma importância para a sua regulamentação e para aplicação do direito ao caso concreto, principalmente para a análise de extensão de futuras sanções aplicadas aquelas pessoas que sofreram violação ilícita de sua imagem.

Além dos conceitos doutrinários, o direito de imagem possui proteção constitucional, tendo como principal fundamento o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. A Constituição Federal, no artigo 5º, XXVIII, “a” estabelece que: “São assegurados nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive as atividades desportivas.”. Neste sentido Delgado (2014. pag. 647) entende que:

A constituição tutela a imagem da pessoa, situando-a dentro do patrimônio moral do indivíduo (a imagem como se sabe situa-se também do patrimônio imaterial das pessoas jurídicas, porém não há honra, a intimidade a vida privada e outros bens e valores estritamente atávicos à pessoa humana.

É salutar a proteção constitucional incluindo o direito de imagem nas garantias individuais e coletivas elevando esse direito à cláusula pétrea. Outro ponto é o cuidado do constituinte em destacar, de forma expressa, a proteção à reprodução da imagem e da voz humana nos eventos desportivos. Essa clareza chamou a atenção para a necessidade do aprofundamento do estudo sobre o assunto.

2.2. O consentimento do uso do direito de imagem:

A imagem possui as características referentes ao direito de personalidade até pelo fato de ser uma espécie da qual a personalidade é gênero. Assim, como os outros direitos, a imagem é composta de indisponibilidade, caráter absoluto, extrapatrimonial, imprescritível e vitalício. Porém, diferentemente dos outros direitos de personalidade, a imagem possui um limite de cedência.

Essa possibilidade cedência do uso da imagem é o que vai proporcionar o início do comércio de forma lícita do uso da imagem. Como regra, o direito à imagem não pode ser violado, porém a permissão concedida para a veiculação da imagem é elemento essencial para afastar a lesão. Neste sentido Figueiredo (2012. pag. 63) entende que “para se utilizar a imagem de alguém se faz necessário o seu consentimento: é indispensável a sua autorização, seja de forma expressa ou tácita, mesmo em local público.”

É salutar ressaltar que o direito de indenização do uso do direito de imagem só é possível se ocorrer a comercialização da imagem, pois a veiculação da imagem em local público apenas, sem fim comercial, pode ser feita apenas com o consentimento da pessoa. Neste sentido Figueiredo (2012. pag. 63):

Todos que tem personalidade são titulares dos direitos de personalidade. No entanto, as pessoas públicas sofrem mitigação sobre esses direitos. Em razão da atividade profissional que exerce. Ressalta-se que essa relativização dar-se-á sempre no limite da sua atividade profissional e visando uma questão informativa, sem que haja desvio de finalidade. Não é possível, portanto, a veiculação da imagem da pessoa pública em propaganda sem a sua autorização, por exemplo.

A lesão à imagem do indivíduo pode acontecer não apenas com a utilização que não foi autorizada, de sua imagem, mas também pelo uso para outro fim. O indivíduo pode consentir que sua imagem fosse veiculada em determinado lugar e ela ser vinculada em outro com diversa função. Neste sentido Soares (2007. pag. 99) entende que:

Assim, a licença, a concessão, para o uso da imagem deve ser expressa, sendo explicitados todos os elementos presentes no ajuste de vontade, sempre visando afastar a possibilidade de lesão. Devem ser acordados: qual a utilização, em que meio ou suporte, por quanto tempo, sob quais condições e, mais importante, sob qual remuneração, se houver uma.

O consentimento para uso da imagem deve ser feito com prazo certo, devido ao fato que a expressão da vontade do indivíduo, e essa vontade pode ser alterada conforme o tempo. Ainda, neste sentido, Soares (2007. pag. 100) entende que:

A imagem está inseparavelmente ligada ao ser e à sua vontade. Qualquer mudança, seja física ou de estado, pode justificar a cassação da licença anteriormente dada. É o exemplo da modelo que abandona a profissão, ou do obeso que emagrece, daquele que faz uma cirurgia plástica; são situações nas quais o indivíduo pode querer impedir que sua imagem anterior continue sendo veiculada. Apenas esse desejo é suficiente para a revogação da autorização anteriormente concedida. O licenciado pode alegar perdas e danos se for o caso, mas não poderá continuar usando a imagem proibida.

O direito de imagem não faz qualquer distinção pela qualidade da pessoa, mesmo àquelas pessoas que não são conhecidas, podendo ser citado para melhor entendimento aquelas pessoas que acompanham as pessoas públicas, como o exemplo das babás que prestam serviço às celebridades cuidando dos filhos dessas celebridades. Neste sentido Figueiredo (2012. pag.100) entende que:

Importante também destacar que as pessoas que acompanham a celebridade, em locais públicos, sofrem o mesmo regramento (implica na mesma flexibilização do direito de imagem). Isso porque se estão ao lado de uma pessoa pública, em local público, de forma tácita assentem com a divulgação de sua imagem, afinal de contas os negócios jurídicos devem ser interpretados de acordo com a boa-fé e os bons costumes do lugar.

O direito á imagem é algo que deve ser tutelado e resguardado a todos, independentemente de raça, cor, sexo ou popularidade, pois toda pessoa tem o direito de ter sua imagem resguardada, seja quem for, sendo sempre necessário que consinta com a utilização da imagem e que essa seja utilizada para aquele fim que obteve o aceite, porém o direito de imagem pode ser sopesado sem sofrer limitação no caso de interesse público. Nesse sentido, o Art. 220 da Constituição Federal traz

uma das hipóteses em que o direito de imagem pode ser utilizado sem necessidade de consentimento da pessoa:

Art. 220: A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

É necessário ressaltar que a liberdade jornalística também não é irrestrita, devendo ser respeitada a intimidade da pessoa e desde que essa vinculação não traga nenhum tipo de dano à imagem da pessoa. Estão inclusos o dano moral à imagem e o dano material. A sanção àquela empresa jornalística que abusar do exercício da liberdade de manifestação do pensamento e da informação está garantida na Lei 5250/67 em seu artigo 12 que prescreve:

Art . 12. Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta Lei e responderão pelos prejuízos que causarem.

Parágrafo único. São meios de informação e divulgação, para os efeitos deste artigo, os jornais e outras publicações periódicas, os serviços de radiodifusão e os serviços noticiosos.

A imagem da pessoa pode ser veiculada quando o interesse nacional exigir, pois o interesse público está acima do interesse particular, e com isso o direito público está acima do direito de imagem. Neste sentido a Jurisprudência tem aceito por exemplo, a veiculação da imagem de fotos em jornais, de pessoas que sofreram alguma sanção aplicada pela utilização de força policial. Temos como exemplo uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

Ementa:RESPONSABILIDADE CIVIL. IMPRENSA. NOTÍCIA VEICULADA EM JORNAL TRANSMITIDO EM REDE DE TELEVISÃO REGIONAL. AUTOR AUTUADO E **PRESO** EM ABORDAGEM P O L I C I A L . OPERAÇÃO "BALADA SEGURA". PUBLICAÇÃO DO NOME DO AUTOR E SUA PROFISSÃO. INEXISTÊNCIA DE DANO À **IMAGEM** OU À HONRA. PUBLICAÇÃO PELA IMPRENSA QUE NÃO PODE SER QUALIFICADA COMO ABUSIVA, MAS FUNDAMENTADA NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO. A ré, ao noticiar as operações

policiais ocorridas no Estado, destacou as 36 apreensões de carteiras de motoristas ocorridas em Santiago e a prisão do autor, a única decretada no momento. Ainda que o bafômetro tenha apontado baixo teor alcoólico, o autor foi enquadrado, pelo CTN, como alcoolizado, na medida em que ultrapassou a quantidade permitida, não havendo qualquer excesso na medida adotada pelos policiais, tendo a ré apenas noticiado os fatos na televisão local. O fato de terem sido veiculados o nome e a profissão do autor, que atua como Sargento do Grupo de Artilharia na cidade, não justifica o reconhecimento do dano moral, na medida em que possui a ré o direito de expressão e comunicação, mormente pelo fato de ter sido a única prisão decretada na operação. Sentença de improcedência mantida por seus próprios fundamentos. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71003941986, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 10/04/2013).

É necessário, porém, o devido cuidado na veiculação da imagem da pessoa que sofreu sanção pela atividade policial, pois em alguns casos a pessoa de fato não cometeu nenhum ilícito e teve a veiculação divulgada de forma equivocada gerando um dano à sua imagem perante a sociedade. A veiculação equivocada de algum ilícito imputado a alguma pessoa pode ensejar o pagamento de indenização. Neste linha o Tribunal Regional Federal da 5ª Região entendeu que:

Ementa: CIVIL. DANOS MORAIS. PROVA DO DANO. OCORRÊNCIA DO EVENTO DANOSO. **IMAGEM DE PRESO**. ACESSO DA IMPRENSA AO PÁTIO DA PF. PERMISSÃO. DIVULGAÇÃO DE FOTOS EM JORNAIS. CONCLUSÃO DO INQUÉRITO PELA NÃO PARTICIPAÇÃO EM CRIME DO INDICIADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. 1. Não há que se cogitar em comprovação do dano como requisito para a indenização por danos morais diante da impossibilidade de verificação empírica dos atributos da personalidade. 2. Ocorrendo ato objetivamente capaz de gerar prejuízo moral como a vergonha, dor ou humilhação, incidem as normas civis que geram dever de indenizar. 3. A Polícia Federal tem o dever de zelar pela integridade física e moral do **preso**, bem como por sua dignidade. Franquear o acesso da imprensa ao pátio interno da polícia judiciária com o intuito de permitir a retirada de fotografias do **preso** ora apelado juntamente com fugitivos de penitenciária, aliado ao fato de que tais fotografias foram publicadas em jornais de grande circulação do Estado da Paraíba, mormente quando o recorrido indiciado em inquérito policial, no qual posteriormente ficou reconhecida a sua não participação na fuga de detentos de penitenciária local, constitui-se ato potencialmente danoso passível de indenização por danos morais. 4. Condenação em primeira instância dentro dos padrões da razoabilidade, qual seja, R\$ 10.000,00 a título de danos morais, o que impõe sua manutenção. 5. Apelação e remessa improvidas. (Apelação Cível AC 402605 PB 0009515-19.2003.4.05.8200 (TRF-5).

Conforme abordado neste tópico, para que a imagem de uma pessoa seja veiculada em qualquer mídia é necessário o devido consentimento. pois o direito de imagem é um bem tutelado no texto constitucional, porém, como no Brasil não é possível encontrar um direito absoluto a veiculação do direito de imagem pode ocorrer em situações excepcionais e previstas de forma expressa em texto legal. Caso ocorra veiculação da imagem de um indivíduo sem a sua autorização e desde que não se encaixe nas exceções legais é garantido ao mesmo pleitear judicialmente danos morais, materiais e a imagem.

2.3. A exposição do atleta em uma partida de futebol:

Em meio a todos os direitos de imagem, o que interessa especificamente ao trabalho é o direito do jogador de futebol profissional. A imagem do jogador de futebol, que faz parte da cultura do povo brasileiro, é um excelente apelo a toda forma de publicidade de diversos produtos, tornando-se de suma importância a discussão do tema na relação entre clube contratante e o atleta profissional.

Com o aumento da importância do tema os problemas tem surgido em mesma escala, tornando o assunto pouco estudado e por vezes levando aos agentes aplicadores do direito decisões contraditórias.

Torna-se necessária uma unificação de pensamento entre o ordenamento jurídico e o texto legal com vistas à garantia da segurança jurídica e da melhor prestação da tutela jurisdicional, o que por vezes não tem sido alcançado no direito pátrio.

Para o melhor entendimento do assunto é necessária uma definição do atleta profissional, previsto no Artigo 28, da Lei 9615/98 onde traz que a atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva. Por mais básica que pareça a definição, jogador profissional de futebol é a pessoa que é contratada por um clube de futebol para exercer a prática desportiva, tendo como finalidade

precípua jogar partidas de futebol, e usar o máximo de sua técnica para representar o clube que defende.

Além do fato de participar de partidas de futebol, o atleta tem o dever de comparecer a treinamentos físicos e táticos, participar de sessões de reforço de prevenção de lesões, além de viajar com o plantel para jogos em outras cidades. Todas essas funções são inerentes do atleta de futebol, porém de forma primária sua função é atuar em partidas de futebol. Toda atividade anterior a uma partida de futebol faz parte de uma preparação para que possa render em alta performance na sua função principal, assim fazendo também parte do contrato do atleta de futebol profissional.

A partida de futebol, que é o momento pelo qual o atleta é contratado, é uma atividade realizada em campos de futebol, com geralmente a presença de um número expressivo de torcedores, com todo um trabalho de mídia e propaganda antes e durante o evento esportivo. Dependendo do tamanho do clube de futebol, a partida é transmitida por veículos de comunicação trazendo grande atenção das pessoas para o momento da partida.

Com a definição do atleta de futebol é possível chegar à conclusão que a função principal do atleta é se apresentar bem perante o público que comparece para assistir o evento esportivo, pois o futebol não pode ser comparado a um teatro ou a ida a um cinema que são eventos que a pessoa já sabem qual vai ser o final. A partida esportiva pode proporcionar diversas sensações no torcedor, desde a euforia de um gol à decepção de uma derrota, e o atleta está no centro e exposto a todos os tipos de reação.

2.4. A imagem do atleta de futebol:

O jogador profissional de futebol, como qualquer cidadão comum, possui todas as garantias contidas no texto constitucional. O direito à imagem do atleta é garantido com base no fundamento da dignidade da pessoa humana. A Constituição Federal no artigo 5, XXVIII, “a” estabelece que: “São assegurados nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive as atividades desportivas.”

A imagem do jogador de futebol profissional é sujeita a uma divisão em duas partes. A primeira é sua imagem como jogador de futebol em sua atividade profissional; a outra é sua imagem como pessoa, quando pratica atos em sua vida particular, fora do seu ambiente de trabalho.

Via de regra o atleta de futebol cede a sua imagem como profissional ao clube ao qual é vinculado, sendo que essa cessão ocorre através do contrato de trabalho, que é assinado pelo atleta e o clube para o qual irá cumprir sua função principal que é jogar futebol. O contrato de trabalho do jogador de futebol é citado por Soares (2007, pag. 104) de seguinte forma:

O contrato de trabalho, por determinação legal sempre com tempo determinado, delimita a duração da relação entre o jogador e o clube, e, por conseguinte, o tempo em que a imagem do atleta estará ligada às cores e aos emblemas da agremiação. O contrato também fixa a forma como se dará a utilização da imagem profissional do atleta, restrita aos momentos em que este esteja a serviço do clube. Assim, por força da especificidade da profissão, a imagem do atleta, nos períodos em que esteja a serviço do empregador, é cedida a este de forma gratuita, uma vez que o salário contratual remunera sua atividade, retribui somente a prática da atividade de futebolista.

O uso da imagem do atleta de futebol é intrinsecamente ligado à sua função principal que é jogar uma partida de futebol, pois é impossível o atleta cumprir o seu dever profissional sem que sua imagem seja utilizada pelo clube de futebol.

No lado pessoal o atleta de futebol deve ser considerado um cidadão comum, com seus direitos e deveres garantidos no texto constitucional. Essa separação permite ao atleta de futebol vincular sua imagem a outras empresas participando de campanhas publicitárias sem precisar dividir o dinheiro arrecado com o clube de futebol ao qual é vinculado.

Com o avanço da tecnologia aumenta-se a exposição do atleta de futebol, e a maior exposição do atleta gera em tese um maior consumo com produtos ligados à sua imagem. Assim com o grande número de venda de produtos, os contratos firmados são baseados em cifras milionárias.

Como a grande exposição do atleta nas práticas desportivas gera um grande interesse das empresas do ramo para que os atletas usem seus produtos, hoje um grande número de atletas possuem contrato com empresas esportivas, além de inúmeros outros contratos com empresas de diversos ramos.

Com a maior exposição do atleta de futebol e os valores arrecadados com publicidade o contrato de trabalho, para os jogadores de maior destaque, é assinado em paralelo com o contrato de direito de imagem. De forma geral esse contrato é assinado entre o clube de futebol e uma pessoa jurídica que explora a imagem do atleta. A existência de um contrato de trabalho e outro contrato de imagem não podem ser negados.

A Lei 9615/98 estabelece no Art. 87-A de forma expressa a natureza civil do contrato de imagem, tirando a competência da Justiça do Trabalho para o julgamento do referido contrato, transferindo a competência para o julgamento do direito de imagem à Justiça Comum.

Com o advento da referida lei urge a discussão sobre a natureza do direito de imagem. Os tribunais começaram a emitir decisões contraditórias e não uniformes, necessitando de um estudo aprofundado sobre o assunto para encontrar uma posição que garanta uma uniformidade de decisões propiciando a segurança jurídica.

2.5. A Natureza Jurídica do contrato do jogador de futebol profissional:

A doutrina especializada no direito desportivo neste assunto não é uníssona, podendo ser sintetizada em duas posições. Para alguns o contrato de direito de imagem possui natureza civil. Outros entendem que o contrato de direito de imagem como ramo do Direito do Trabalho.

Todas as partes possuem bases legais e jurisprudências para sua tese, com fundamentos jurídicos sólidos, sendo necessária análise de ambas as teses para compreender as ideias sobre o contrato do atleta de futebol. A natureza jurídica além do caráter legal possui um grande caráter ideológico.

A ausência do estudo sobre o assunto especializado traz aos dias atuais uma insegurança jurídica impedindo o aumento de conhecimento do contrato de forma específica.

No estudo da natureza jurídica do direito de imagem do atleta de futebol devem ser analisadas situações e neste sentido Marisco (2007, pag. 90/91) entende que:

Deve ser analisado no momento concreto de sua utilização, devendo a licitude ou a fraude ser analisadas em cada situação. Além do mais algumas imagens podem ser exploradas pelo clube empregador somente com a assinatura do contrato de trabalho, pela natureza específica dessa profissão. A exploração da imagem fora da jornada de trabalho, depende da existência de um contrato de licença de uso de imagem que especifique a forma que ela será utilizada.

Para definir a natureza jurídica do direito de imagem é necessária uma análise individual de cada contrato, pois em algumas hipóteses o contrato é feito entre o clube de futebol e o jogador, porém em outras hipóteses o contrato de exploração do direito de imagem é assinado entre clube de futebol e uma empresa jurídica criada pelo atleta ou por seu empresário para a exploração comercial.

Um ponto que deve ser levantado, é a intenção do clube de futebol de reduzir seus custos, e para redução do custo o clube de futebol passa a dividir o salário do atleta em duas partes, a primeira parte seria colocada no contrato de trabalho e outra parte passaria a integrar o contrato de direito de imagem.

Com a divisão da remuneração em ambos os contratos, o clube passa a não pagar todos os tributos que seriam devidos se o contrato fosse unicamente de trabalho. Para o não pagamento do tributo o jogador cria uma empresa jurídica da qual ele ou seu empresário é sócio majoritário. O contrato de direito de imagem passa a “mascarar” a remuneração do atleta de futebol. Neste sentido Duarte (2004, pag. 33) entende:

Isso ocorre frisa-se com assaz frequência hoje no meio futebolístico – tendo em vista que em primeira análise os contratantes entendem que estariam pagando menos impostos. Para o jogador, recolher-se-ia 27,5% de Imposto de Renda de seu salário no CTPS e somente 8,5% do valor do

contrato de imagem, posto haver aqui uma pessoa jurídica e não física. Para o clube, esses valores maiores do que os constantes na carteira não incidiriam nas verbas rescisórias – férias, 13, FGTS, INSS, etc. -, por ser o contrato de natureza civil e não trabalhista. A atratividade do negócio parece axiomática para ambos.

Atento ao fato, os Tribunais passam a considerar o contrato de direito de imagem uma fraude ao contrato de trabalho, com base no Artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho que considera nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na Consolidação, passando a considerar os contratos de direito de imagem ilegais.

Diante do que foi apresentado é possível perceber a contradição entre a Lei e o entendimento atual dos Tribunais, considerando que a natureza jurídica do assunto tratado traria consequências ao atleta, ao clube e ao direito. Nesse sentido, cabe discutir a natureza jurídica do contrato de trabalho do jogador de futebol, os reflexos que cada uma trará para ambos os lados e consequentemente qual traria maior segurança jurídica.

3. A NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE IMAGEM:

3.1. Considerações Iniciais:

A remuneração auferida pelo jogador de futebol profissional em decorrência da licença para que o clube de futebol explore sua imagem, o que foi denominado de direito de imagem, gera controvérsia no âmbito jurídico, em grande parte pela natureza jurídica do direito referido.

Em uma análise recente o primeiro substrato legal veio com advento da Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, inciso XXVIII, que garante a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.

Em um primeiro momento a norma não trazia a natureza jurídica do direito de imagem, se trabalhista ou civil, gerando as controvérsias jurisprudenciais. Nesta época, segundo Faria (2013, pag. 67) “os clubes de futebol sempre celebraram contratos de natureza civil com os atletas a título de uso e exploração do direito de imagem, os quais, posteriormente, reclamavam a natureza jurídica salarial da verba perante a Justiça do Trabalho.

A grande discussão estava na verificação se o contrato firmado entre as partes estava relacionado realmente na exploração da imagem do atleta ou se o contrato era usado como meio de burlar a legislação trabalhistas, fiscal e tributária. A jurisprudência não é uníssona, uma vez que a maioria tende a entender a natureza jurídica do direito de imagem como de natureza salarial. Como exemplo, pode ser citada a decisão da 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho:

"RECURSO DE REVISTA. (...) CONTRATO DE CESSÃO DO DIREITO DE USO DA IMAGEM. FRAUDE À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. Cumpre distinguir o direito de arena da cessão do direito de uso da imagem, que, apesar da proximidade conceitual, têm fatos geradores diferentes. No direito de arena, arremido no art. 42 da Lei 9.615/98 (Lei Pelé), o atleta profissional faz jus ao rateio do percentual de, no mínimo, 20% dos valores pagos pela difusão da sua imagem, ligada ao espetáculo desportivo. Parte da doutrina e da jurisprudência vem firmando entendimento de que esta parcela, embora paga por terceiros, há de ser integrada ao salário do atleta, de

forma semelhante ao que acontece com as gorjetas, inclusive com a aplicação, por analogia, da Súmula 354/TST. Já na cessão do direito do uso da imagem, que tem sido efetivado mediante a celebração do denominado contrato de cessão do direito de imagem, estar-se-ia a priori num negócio jurídico em que o atleta profissional de futebol consegue uma contrapartida financeira pela utilização de sua imagem - que teria caráter personalíssimo - pelo clube de futebol que o contrata. Parte da doutrina entende que tal modalidade de contrato detém natureza eminentemente civil, não devendo ser objeto de discussão em eventuais reclamações trabalhistas. Entretanto, ocorre desvirtuamento da referida modalidade contratual, à medida que tem sido utilizada para promover fraude à legislação do trabalho, consistente em flagrante pagamento -por fora- a o atleta profissional de futebol, com o fito de mitigar os encargos trabalhistas, o que atrai a aplicação do art. 9º da CLT à hipótese. Recurso de revista não conhecido quanto ao tema. (...)" (RR-1973200-75.2006.5.09.0013, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, 6ª Turma, DEJT: 4/11/2011).

Em contrapartida ao entendimento de parte da jurisprudência foi introduzido pela Lei 9615 o direito de imagem em seu artigo 87, trazendo o assunto como:

Art. 87: A denominação e os símbolos de entidade de administração do desporto ou prática desportiva, bem como o nome ou apelido desportivo do atleta profissional, são de propriedade exclusiva dos mesmos, contando com a proteção legal, válida para todo o território nacional, por tempo indeterminado, sem necessidade de registro ou averbação no órgão competente.

Art. 87-A: O direito ao uso da imagem do atleta pode ser por ele cedido ou explorado, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com o contrato especial de trabalho desportivo. Parágrafo único. Quando houver, por parte do atleta, a cessão de direitos ao uso de sua imagem para a entidade de prática desportiva detentora do contrato especial de trabalho desportivo, o valor correspondente ao uso da imagem não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) da remuneração total paga ao atleta, composta pela soma do salário e dos valores pagos pelo direito ao uso da imagem.

Com o devido problema criado pela estrutura jurídica nacional, onde de um lado a lei é taxativa mas a jurisprudência, com o passar do tempo, segue um norte distinto, surge a necessidade do aprofundamento do estudo do assunto com o devido entendimento de ambas as idéias.

3.2. Natureza Civil do Direito de Imagem:

Com a previsão legal que o direito de imagem passaria ser cedido ou explorado mediante ajuste contratual de natureza civil é necessária a conceituação de contrato. Neste sentido, Bevilacqua (1975, p. 194) descreve o contrato como:

o acordo de vontades para o fim de adquirir, resguardar, modificar e restringir direitos (...) para a validade do contrato são necessárias as mesmas condições subjetivas e objetivas para a validade dos atos jurídicos entre vivos: capacidade das partes contratantes; objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em Lei.

Para que o contrato possa ser lícito é necessária uma análise da sua validade. Quanto à capacidade, ambas as partes são capazes de firmar contratos, pois o clube é pessoa Jurídica de Direito Privado e o atleta, em regra, possui capacidade para firmar o acordo de vontades. Insta salientar que a profissão do jogador de futebol, em alguns casos começa cedo e atletas com menos de 18 anos sendo que não possuem capacidade para celebrar contratos de direito de imagem.

Nessa hipótese de incapacidade do jogador de futebol, a Constituição Federal em seu artigo 4º Inc. XXXIII veda qualquer trabalho para menores de 16 anos salvo para aprendiz. Neste caso o contrato de trabalho só poderá ser celebrado por maiores de 16 anos e até os 18 anos, o relativamente incapaz terá que ser assistido na celebração do contrato.

Outro elemento essencial para o contrato é o objeto lícito. No caso em tela, o objeto seria a exploração do direito de imagem do atleta de futebol profissional que está previsto em lei, não sendo necessárias maiores discussões sobre o assunto.

Com o advento da lei os clubes passam a negociar com o atleta profissional a exploração do direito de imagem. Hoje o contrato de trabalho de um jogador de futebol é dividido em duas partes a primeira seria o seu salário registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social sendo recolhidos todos os encargos legais, e a segunda parte seria o direito de imagem. Como exemplo pode ser citado um atleta de um clube x que receba cerca de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta mil reais) de direito de imagem e R\$250.000 (duzentos e cinquenta mil reais de salário registrado na carteira de trabalho) totalizando um contrato de 600.000 (seiscentos mil reais).

Conforme exposto o contrato de direito de imagem do jogador de futebol de futebol cumpre todos os requisitos de validade previstos em lei e na doutrina, tanto a capacidade do atleta, objeto lícito e a forma prescrita em Lei.

O contrato de direito de imagem, de natureza civil visa proteção à imagem da pessoa e é garantido no Código Civil no artigo 20, sendo:

Art. 20: Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

O artigo 20 do Código Civil trata da proteção à integridade moral. Neste sentido Farias (2013, pag. 69) diz que a integridade moral trata de um conjunto de providências destinadas à tutela da higidez e do equilíbrio psicológico do ser humano.

A utilização da imagem de um indivíduo possui como requisito principal a autorização dela própria, não podendo vincular a imagem da pessoa para nenhum ato sob pena de pagamento de danos morais.

O contrato de direito de imagem deve ser pactuado de forma individual pelo atleta profissional, ou por uma empresa que tenha o direito de exploração sobre sua imagem, juntamente com o clube de futebol, sendo apenas firmado se a entidade esportiva tiver interesse na exploração da imagem pessoal do atleta.

Insta salientar que nem todos os atletas possuem contrato de exploração de direito de imagem com o clube de futebol. Nesse caso, são firmados contratos de forma geral com aqueles atletas que possuem maior destaque na equipe, pois teoricamente a imagem deste atleta com mais visibilidade irá trazer mais rentabilidade financeira e de exposição a entidade esportiva.

A primeira questão que deve ser enfrentada é a falta de critério para a fixação do valor pago a título de exploração da imagem do jogador de futebol profissional. Com a subjetividade fica difícil o estabelecimento de valores objetivos. Como a Lei não foi específica, qualquer valor acordado para a exploração do direito de imagem do atleta de futebol deve ser aceito como legal e válido.

Logo, como exemplo, o clube tem a liberdade de pagar 90% da remuneração do atleta para a exploração do direito de imagem. Para conter este tipo de fato, segundo Farias (2013, pag. 68), foi proposta uma limitação referente ao direito de imagem, como por exemplo, 50% do valor mas a recomendação não obteve êxito. O abuso do contrato de direito imagem deve ficar a cargo do Poder Judiciário na análise de cada fato, não cabendo a jurisprudência fixar valores pre-fixados sobre o assunto.

A “Lei Pelé” trouxe, de forma clara, a natureza civil do contrato de direito de imagem do jogador de futebol concedendo a liberdade para o atleta e o clube de futebol fixarem os parâmetros do referido contrato. Se o atleta aceita o referido valor a título de exploração do direito de imagem e a lei prevê de forma expressa a natureza civil do contrato, torna-se uma tarefa árdua o entendimento diferente.

A cartilha do Ministério do Esporte de 2006 entende que

A Comissão entende ser evidente que a partir da legislação em vigor, os direitos de imagem pertencem aos clubes e, portanto, são de natureza civil. O próprio Sindicato dos Atletas, quando ajuíza uma ação pleiteando esse direito em favor dos seus associados, o faz na Justiça Comum Cível e não na especializada Trabalhista. Em suma, pode-se concluir que o Direito de Arena pertence aos clubes e não possui natureza trabalhista.

O direito de imagem não se trata de uma remuneração paga por um terceiro, mas uma forma de indenização pela exploração da imagem do atleta de futebol profissional, sendo a titularidade do clube de futebol, possuindo um valor que deve ser fixado pelo atleta e o clube de futebol não podendo ser quantificado, devido ao fato que cabe a cada atleta calcular o valor equivalente à exploração do uso de sua imagem.

3.3. Natureza Trabalhista do Direito de Imagem:

Com o decorrer do tempo o contrato de direito de imagem passa a ser usado pelo clube de futebol como forma de diminuição do pagamento dos encargos trabalhistas e tributários. Na atualidade o atleta tem como maior rendimento o contrato de direito de imagem, recebendo menor parte pelo contrato de trabalho.

Para que se evite o manejo incorreto do direito de imagem, o Tribunal Superior do Trabalho tem entendido que o direito de imagem é pago mensalmente e sem qualquer comprovação de despesa ou uso da imagem do jogador, configurando a remuneração do atleta, tornando-se parte do salário. Segue um exemplo do entendimentos do Tribunal Superior do Trabalho:

No caso, ficou expressamente consignado pelo TRT que a remuneração do jogador era composta de um salário fixo (de R\$ 20 mil), mais R\$ 15 mil mensais referentes ao direito de imagem, e a quantia correspondente à divisão, entre os jogadores que participam dos jogos, de 5% sobre o valor da transmissão", disse o ministro em seu voto. "O pagamento de todas essas quantias era efetuado de forma periódica e habitual, sendo que aqueles referentes ao direito de arena eram repassados pelo clube em face do contrato de trabalho", prosseguiu. "O Regional concluiu também que o contrato relativo ao direito de imagem foi firmado com o único intuito de

mascarar o caráter salarial dos valores pagos a título de direito de arena. Assim, os valores envolvidos compõem a remuneração, conforme prevê o artigo 457 da CLT", concluiu. A Quarta Turma, por unanimidade, seguiu o voto do relator, que considerou acertado o entendimento do TRT sobre a natureza salarial das parcelas, e manteve a determinação de integração desses valores no cálculo do FGTS, 13º salário e férias (RR 557/2003-023-04-00.3).

No mesmo sentido o Tribunal Superior do Trabalho decidiu no mesmo sentido, vejamos a seguir:

ATLETA PROFISSIONAL. FUTEBOL. LEI PELÉ. DIREITO DE ARENA. DIREITO DE IMAGEM. NATUREZA JURÍDICA. A jurisprudência desta Corte tem se inclinado no sentido de atribuir natureza de remuneração às parcelas em discussão qual seja direito de imagem e direito de arena, de forma semelhante às gorjetas, que também são pagas por terceiros. Nos termos do art. 42 § 1.º da Lei 9.615/1998 (Lei Pelé), pertence à entidade desportiva empregadora, o direito de autorizar a transmissão de imagem de eventos desportivos, de cuja arrecadação é destinado 20% a ser distribuído entre os atletas que participarem dos eventos. Por essas razões a parcela recebida pelo atleta e esse título tem natureza salarial. Todavia, adotando-se por analogia a diretriz da Súmula 354 deste Tribunal, os valores correspondentes aos direitos de imagem e de arena compõem o salário apenas para fins de cálculo do FGTS, do 13.º salário e das férias. BICHOS. NATUREZA JURÍDICA. Não demonstrada divergência jurisprudencial."(RR-163/2004-106-03-00, Acórdão 5.a Turma, Relator Ministro BRITO PEREIRA, DEJT-25/9/2009.)

O contrato de direito de imagem, dessa forma tem caráter de direito de imagem deve ter caráter salarial devendo ser usado como base de cálculo para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, 13º salarial, férias e os valores correspondentes às verbas previdenciárias e fazendárias. O contrato de direito de imagem nessa visão possui como intento uma forma de “mascarar” o valor real do salário devendo ser considerado nulo, com base no Art. 9º da Consolidação das Leis do Trabalho, que considera nulo de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação, passando a considerar os contratos de direito de imagem ilegais.

Na análise do contrato de direito de imagem do atleta de futebol profissional deve ser analisada a porcentagem da remuneração que é destinada ao contrato de direito de imagem. Na mesma linha Monteiro (2004, 124) ensina:

“Depara-se em nosso país com pagamento de remuneração ao atleta profissional sob a denominação de exploração de direito à imagem, por meio de constituição de pessoa jurídica pelo atleta, com a única finalidade de repassar parte do salário ajustado. A interposta “pessoa jurídica” é utilizada com o propósito de desvirtuar a aplicação da legislação trabalhista. A verba é paga pelo clube e recebida pelo atleta e, em alguns casos, até mesmo independentemente de exploração do direito de imagem do autor. A hipótese traduz fraude e viola o art.9º da CLT, como também contraria o item I da Súmula n. 331 do TST. E ainda que assim não fosse, o pagamento

a esse título tem feição salarial; o seu caráter oneroso reside na oportunidade que o empregador proporciona ao atleta auferir o ganho. O raciocínio ampara-se no art.7º (caput) da Constituição Vigente.

O direito do trabalho deve se pautar pelo princípio da primazia da realidade, cabendo a análise dos procedimentos e das condições com que os contratos são celebrados e se efetivamente estão sendo cumpridos. Neste Sentido Delgado (2014, pag. 206) entende que:

O conteúdo do contrato não se circunscreve ao transposto no correspondente documento escrito, incorporando amplamente todos os matizes lançados pelo cotidiano da prestação de serviços, O princípio do contrato realidade, autoriza assim, por exemplo, a descaracterização de uma pactuada relação civil de prestação de serviços, desde que no cumprimento do contrato despontem, concretamente, todos os elementos fático-jurídicos da relação de emprego (trabalho com pessoa física, pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e sob subordinação).

Para caracterização do contrato de trabalho é preciso o encaixe nesses elementos descritos acima. O primeiro elemento é ser trabalhado por pessoa física, que neste caso mostra-se configurado pois o atleta na prestação de serviço, que é jogar partidas de futebol, se apresenta como pessoa física.

O segundo elemento é a pessoalidade, que também está presente no contrato de direito de imagem, pois o clube de futebol quando assina com o atleta está interessado em sua imagem pessoal para exploração, configurando o requisito da pessoalidade.

O terceiro requisito caracterizador da relação de trabalho é a onerosidade que segundo Delgado (2014, pag. 299) pode ser entendida como complexo de verbas contraprestativas pelo empregador ao empregado em virtude da relação empregatícia. O critério da onerosidade também se molda no contrato de direito de imagem do atleta de futebol de profissional, pois há o pagamento de um valor para que o atleta possa permitir que sua imagem seja explorada.

O quarto requisito caracterizador é subordinação, segundo o qual o atleta deve ser subordinado ao clube de futebol, devendo respeitar a hierarquia do clube e a um centro de comando. Novamente na relação entre clube e jogador de futebol fica caracterizado esse requisito para o reconhecimento da natureza trabalhista do direito de imagem.

O quinto elemento é a habitualidade que segundo Cairo Júnior (2014, pag. 268) entende:

Habitualidade como requisito de não eventualidade, caracterizador da relação de emprego, deve ser aferido a partir da necessidade permanente do trabalho executado em função de atividade econômica do empreendimento. Portanto, não importa se o trabalho ocorre apenas aos finais de semana e feriados, pois trata-se de continuidade.

Conforme visto o contrato de direito de imagem pode ser enquadrado como relação empregatícia, cumprindo todos os requisitos previstos pelo direito do trabalho, logo, com base no princípio da primazia da realidade seria possível descaracterizar o contrato civil caso ele se mostre condizente com a natureza trabalhista.

Os contratos de direito de imagem, não são por si só fraudulentos, nem ao menos imunes de legalidade. Tais contratos entre o clube de futebol e os atletas de futebol profissional, podem ou não ser eivados de vícios dependendo da análise do momento de sua utilização. A licitude ou a fraude devem ser buscadas e analisadas de forma real em cada situação fática.

4. CONSEQUÊNCIAS DA NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE IMAGEM

4.1. Noções Gerais:

A natureza civil ou trabalhista do direito de imagem do jogador de futebol traz um série de reflexos na aplicação do direito, tanto no direito processual quanto no direito tributário e previdenciário.

A unificação do entendimento faz-se necessário, pois se o direito de imagem do jogador de futebol for de natureza trabalhista o atleta passa a ter direito de receber todas as verbas acessórias de cunho trabalhista. O entendimento dos Tribunais pela natureza trabalhista do direito de imagem do jogador de futebol traz a competência do julgamento para a Justiça do Trabalho. Além de todos esses fatos caso o clube não pague o direito de imagem do atleta por um tempo definido pode ocorrer a rescisão unilateral do contrato de trabalho.

Caso ocorra o entendimento da natureza civil do direito de imagem a competência passaria a Justiça Comum, o atleta passaria a não receber as verbas trabalhistas e não poderia requerer a rescisão unilateral do contrato podendo apenas executar o contrato perante aquela justiça.

Devido às consequências faz-se necessário um aprofundamento do assunto quanto a cada ponto de análise, entre a natureza civil ou trabalhista do direito de imagem.

4.2. Foro de competência para julgamento

A escolha da natureza jurídica do direito de imagem do jogador de futebol influencia de forma direta no foro de competência para julgamento, devido ao fato de o contrato de natureza civil ser julgado pela Justiça Comum e as relações de trabalho serem julgadas pela Justiça do Trabalho.

A competência para julgamento da Justiça do Trabalho está definida no artigo 114 da Constituição Federal, no Inciso I, trazendo que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de emprego. Logo se o direito de imagem possui natureza trabalhista decorre de uma relação de emprego sendo competente a estrutura trabalhista quanto ao julgamento do caso. No mesmo

sentido o Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula 392 que, nos termos do art. 114, da CF/1988, a Justiça do Trabalho é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por dano moral, quando decorrente da relação de emprego.

A competência para julgamento do contrato de natureza civil é da Justiça Comum Estadual. Devido a este fato os casos entre conflito de competência entre os entes do Poder Judiciário passou a ser constante.

A jurisprudência tem entendido de forma majoritária que o contrato de direito de imagem deve ser julgado pela Justiça do Trabalho, neste sentido:

APELAÇÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. IMAGEM DE **JOGADOR DE FUTEBOL** UTILIZADA EM ÁLBUM DE FIGURINHAS. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO. DENUNCIAÇÃO À LIDE DO CLUBE DE **FUTEBOL** EMPREGADOR. NECESSIDADE DE ANÁLISE DO **CONTRATO DE TRABALHO** E DA CESSÃO DE DIREITOS DE IMAGEM. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO **TRABALHO**. É da Justiça do **Trabalho** a competência para processamento e julgamento das ações que versam a respeito de indenização por danos morais e materiais movida por **jogador de futebol** em face da editora que veiculou a sua imagem, sem a devida autorização, em álbum..." (TJ-RS - Apelação Cível AC 70044023471 RS (TJ-RS)).

Vejamos ainda:

decorrente do descumprimento de normas trabalhistas envolvendo **atleta profissional**, a **competência** material é da Justiça do Trabalho, não se condicionando a propositura da ação ao esgotamento da instância desportiva, sob pena de se restringir o direito de ação constitucionalmente assegurado (arts. 5, XXXV, e 114, IX, CF). (2) FALSO AMADORISMO. CONTRATO DE IMAGEM. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. LEI PELÉ Ofende a razoabilidade, a negativedo vínculo sob a alegação de exploração de imagem não conectada com o exercício da atividade profissional esportiva a partir da qual erigiu-se o prestígio nacionaldo **atleta**. Impossível que uma agremiação esportiva de voleibol contrate **atleta** da modalidade apenas para explorar a sua imagem, sem que esteja obrigado a treinar e jogar. Na raiz do debate encontra-se a questão do trabalho sem registro e do pagamento salarial extra-folha. A polêmica sobre o falso amadorismo no âmbito esportivo é antiga e as práticas ilegais em nosso país atingem proporções endêmicas. Para sonegar encargos trabalhistas, sociais e fiscais, clubes ocultam a natureza trabalhista da relação contratando **atletas** sem registro, ou através de empresas criadas em nome dos jogadores, derivando no todo ou em parte a remuneração para os chamados contratos de imagem. Essa situação não se confunde com a exploração perfeitamente legítima, da imagem do jogador através de contrato com terceiros, ou seja, entidades não esportivas, que tenham interesse em alavancar suas vendas ou negócios associando-os ao prestígio do **atleta**. Não se trata pois, de pura e simplesmente vetar a celebração de contratos de imagem mas sim, de impedir que tais contratos, como no caso vertente, sirvam de biombo para a perpetração de fraudes contra os direitos trabalhistas do jogador. Provada a a ativação profissional do **atleta** de voleibol, em clube que participa

regularmente dos diversos certames, não há como negar a convolação do vínculo de emprego a teor do disposto nos artigos 2º, 3º, 442 e seguintes da CLT e especialmente, o § 1º do artigo 28 da chamada Lei Pelé (Lei nº 9.615 /98), com todos os direitos conseqüentes. ACORDAM os Magistrados da 4ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região em: por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recuso, a fim de autorizar os descontos fiscais e previdenciários, na forma da fundamentação do voto, que integra e complementa seu dispositivo, mantendo-se, no mais, a r. sentença de origem. São Paulo, 23 de Agosto de 2005. VILMA MAZZEI CAPATTO PRESIDENTA RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS RELATOR... **PROFISSIONAL. VOLEIBOL. (1) COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.** Em se tratando de conflito... VT de Suzano RECORRENTE: ESPORTE CLUBE UNIÃO SUZANO RECORRIDO: GIOVANE FARINAZO GAVIO EMENTA **ATLETA..** .TRT-2 - **Inteiro Teor. RECURSO ORDINÁRIO RO 1249200249102006 SP 01249-2002-491-02-00-6 (TRT-2).**

Com os exemplos demonstrados alhures fica explícita a tendência dos Tribunais no entendimento da competência de foro da Justiça do Trabalho para julgamento do assunto, deixando de forma implícita a ideia de que para a maioria dos Tribunais o direito de imagem do atleta de futebol profissional possui natureza trabalhista.

4.3. Rescisão Unilateral por falta de pagamento do direito de imagem

Com a maioria dos Tribunais entendendo pela natureza trabalhista do direito de imagem do jogador de futebol, o contrato de direito de imagem passa a ser considerado um contrato acessório do contrato de trabalho, dando ensejo à rescisão unilateral pela falta de pagamento do referido direito. Neste ponto é válida uma digressão ao art. 31 da “Lei Pele” que prevê que:

Art. 31A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário ou de contrato de direito de imagem de atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três meses, terá o contrato especial de trabalho desportivo daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para transferir-se para qualquer outra entidade de prática desportiva de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a cláusula compensatória desportiva e os haveres devidos.

Com base no Art. 31 da “Lei Pelé” os Tribunais passam a conceder a rescisão unilateral do contrato do jogador de futebol pela falta de pagamento do direito de imagem. Segue como exemplo a decisão do Tribunal Superior do Trabalho em Recurso de Revista:

RECURSO DE REVISTA. 1) ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL. CONTRATO DE CESSÃO DO DIREITO DE USO DA IMAGEM. PARCELA ACESSÓRIA AO CONTRATO DE TRABALHO. GRAVE INADIMPLEMENTO. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. Na cessão do direito de uso da imagem - efetivada mediante a celebração do denominado contrato de cessão do direito de uso da imagem -, é entabulado um negócio jurídico em que o atleta profissional de futebol consegue uma contrapartida financeira pela utilização de sua imagem pelo clube de futebol que o contrata, ostentando natureza civil. Nesse aspecto, não possui o obreiro direito a que a verba "direito de uso de imagem" opere reflexos em férias, gratificações natalinas, verbas rescisórias e FGTS. Contudo, deve ser ressaltado que, apesar de não deter natureza salarial, - e por isso não poder gerar reflexos nas demais parcelas trabalhistas -, a cessão do direito de uso da imagem é parcela acessória ao contrato de trabalho, razão por que o seu grave inadimplemento é hábil a provocar a rescisão indireta. No caso concreto, depreende-se, da leitura do acórdão recorrido, que foi celebrado um contrato de cessão do direito de uso da imagem entre o Reclamante e o Reclamado, estabelecendo-se, em sua cláusula 4ª, o pagamento da importância de R\$ 2.133.600,00 (dois milhões e cento e trinta e três mil e seiscentos reais), em 50 (cinquenta) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 42.672,00 (quarenta e dois mil e seiscentos e setenta e dois reais). Com o fito de viabilizar o aludido contrato, o Reclamante constituiu a Empresa CQ Assessoria e Marketing Esportivo Ltda., da qual é sócio gerente, sendo que as parcelas a título de cessão do direito de uso da imagem deveriam ser quitadas pelo Reclamado. Ocorre que o Reclamado incidiu em grave inadimplemento contratual, pois não cuidou de promover o pagamento de 11 (onze) parcelas referentes ao contrato de cessão do direito do uso da imagem, sendo este fato inequívoco e incontroverso, o que enseja a rescisão indireta do contrato de trabalho, conforme o disposto no art. 31 da Lei 9.615/98 c/c o art. 483, "d", da CLT. **Recurso de Revista conhecido e parcialmente provido no particular.**" (RR – 152000-81.2004.5.02.0060).

Com o Tribunal entendendo desta maneira, caso o clube não honre com o contrato de imagem, será possível ao atleta que rescinda o contrato de forma unilateral. Este fato é recorrente na realidade do futebol, devido ao fato do clube de futebol não possuir uma estabilidade financeira, acaba pagando apenas o contrato de trabalho e atrasando o direito de imagem. Há casos recentes no futebol pátrio de atletas ficarem mais de 10 meses sem receber direito de imagem, e para proteger o atleta como parte hipossuficiente o tribunal passa a seguir essa linha em suas decisões.

Assim como na escolha da competência para julgamento da Justiça do Trabalho, o entendimento do Tribunal pela rescisão unilateral do contrato de trabalho pelo não pagamento do direito de imagem mostra a tendência da jurisprudência nacional em considerar a natureza trabalhista do direito de imagem do atleta de futebol profissional.

4.4. Incidência das verbas trabalhistas no contrato de direito de imagem

Na análise da incidência ou não das verbas trabalhistas no contrato de direito de imagem dos jogadores de futebol é necessária o posicionamento da natureza jurídica do referido acordo, pois se o contrato tiver natureza trabalhista irão incidir todas as verbas tributárias porém se o contrato for de natureza cível não poderão incidir nenhuma das verbas.

A primeira verba que irá incidir caso o contrato seja de natureza trabalhista é o 13º salário, que Fuhrer (2010 , pag. 157) define como:

Corresponde a um doze avos da remuneração de Dezembro, multiplicado pelos meses trabalhados no ano respectivo. Fração de 15 dias considera-se como mês integral. Na extinção do contrato sem justa causa, antes de dezembro, cabe 13º proporcional aos meses trabalhados no ano. O pagamento é feito em duas metades: a primeira (adiantamento) entre fevereiro e novembro, a segunda até o dia 20 de Dezembro.

A segunda verba incidente ao contrato de direito de imagem caso possua natureza trabalhista é o direito a terço constitucional de férias, que é conceituado por Fuhrer (2010, pag. 160) como:

Período de descanso de 30 dias corrido, a cada 12 meses de trabalho, como diminuição proporcional ao número de faltas injustificadas. As férias são pagas com acréscimo de um terço do salário normal. Devem ser concedidas em até 12 meses após a aquisição do direito. Havendo mais de 32 faltas injustificadas durante o período aquisitivo, o empregador perderá o direito a férias.

A terceira verba incidente ao contrato de direito de imagem caso seja considerada sua natureza trabalhista e Fundo de Garantia por Tempo de serviço do atleta dispensado acrescendo a multa compensatória de 40% sobre os depósitos existentes na conta vinculada do atleta, no caso de demissão sem justa causa, garantido pela Lei nº8036/90 no § 1º do art. 18 que diz:

§ 1º. Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

Com base em tudo que foi visto acima torna-se necessário um posicionamento uníssono dos tribunais quanto a natureza jurídica do contrato de

direito de imagem, pois com a divergência nos entendimentos jurídicos abre a chance de ocorrer a falta de segurança jurídica, devido ao fato que em alguns casos serão aplicadas essas regras já em outros casos o contrato será considerado um contrato civil comum.

5. O USO FRAUDULENTO DO DIREITO DE IMAGEM

Inicialmente faz-se necessária a discussão se o contrato de direito de imagem do atleta de futebol caracteriza-se uma evasão fiscal, que segundo Fuhrer (2010 pag. 188) significa desvio ou fuga de tributos por meios ilícitos, ou serial considerado uma elisão fiscal, que segundo Marisco (2009, pag. 91) significa planejamento tributário lícito com intuito de evitar e reduzir encargos fiscais. Ou se ainda o contrato seria uma forma de pagamento salarial sem arcar com o ônus das verbas trabalhistas e previdenciárias.

Todo esse fato ocorre pois os atletas possuem o costume de transferir o direito de exploração de sua imagem para uma pessoa jurídica, que em grande maioria dos casos o próprio jogador ou um familiar próximo é o sócio majoritário da pessoa jurídica. Um exemplo desse fato é o jogador de futebol Neymar Júnior pois o seu pai Neymar dirige uma empresa, desde o ano de 2006, cujo nome é NR Sports, formando um conjunto de empresas que gerenciam a carreira do atleta.

Neste caso, segundo Marisco (2009, pag. 92):

A questão polêmica aqui é que, em cima do valor pactuado no contrato de trabalho, o empregador e o atleta têm diversos encargos a cumprir. Já com relação a esse contrato relativamente simples para o atleta receber valores a título de direito de imagem, ambos têm sensivelmente reduzidos os encargos trabalhistas e fiscais, razão pela qual passa a ser um atrativo deixar de pagar determinado valor em carteira para o atleta para pagar a título de licença do uso de imagem.

Devido a este fato o contrato de licença de uso de imagem passou a ser considerado uma forma de fraude ao contrato de trabalho pela jurisprudência nacional. Como exemplo segue uma decisão da segunda turma do Tribunal Superior do Trabalho em um Recurso de Revista:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECURSO DE REVISTA - ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL - CONTRATO DE LICENÇA DO USO DE IMAGEM – FRAUDE – NATUREZA SALARIAL DA VERBA RECEBIDA A TÍTULO DE "DIREITO DE IMAGEM". O quadro fático descrito pelo Tribunal Regional revela o intuito fraudulento na celebração do contrato de licença do uso de imagem, razão pela qual decidiu bem a egrégia Corte Regional ao conferir natureza salarial à parcela percebida pelo reclamante a título de direito de imagem. Logo, para se chegar a conclusão diversa, necessário seria o revolvimento de fatos e provas, procedimento vedado nesta esfera extraordinária, nos termos da Súmula nº 126 do TST, o que impede falar em violação do artigo 28, § 7º, da Lei nº 9.615/98. **Agravo de instrumento não provido.TST-AIRR-800-86.2009.5.01.0025”.**

Na mesma linha o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região entendeu:

ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL – DIREITO DE IMAGEM – INTEGRAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO – O valor fixo e mensal pago ao autor, pelo reclamado, através da empresa constituída, exclusivamente, para esse fim, não pode ser considerado como retribuição pelo “direito de imagem” ou “participação nos lucros”, de forma a não integrar a remuneração do autor, para todos os fins de direito. Incide, no caso, o art. 9º da CLT, haja vista que a manobra a que o reclamado recorreu, ardilosamente, não passa de simples “fachada”, para reduzir os encargos sociais e o valor dos impostos devidos. (Recurso Ordinário nº 01631-2001-019-03-00-3).

Porém os doutrinadores entendem equivocada a ideia de que todo o valor pago a título de direito seria fraudulento, tendo apenas objetivo de não pagar os tributos devidos, neste sentido Marisco (2009, pagina 92) entende:

Parece totalmente equivocada a generalização de que as verbas pagas a título de uso da imagem constituem evasão fiscal ou mesmo fraude ao contrato de trabalho, devendo ser analisado cada caso concreto, o que foi pactuado e as diversas situações e hipóteses existentes que incidiram quando da celebração do contrato.

O contrato de direito de imagem é lícito e garantido por lei, devido ao fato que o atleta possui funções distintas. A primeira função primordial é render em alto nível dentro de campo e a secundária é a exploração de sua imagem através de venda de propagandas comerciais, venda de camisetas e suveniers diversos.

Como forma de distinguir se o direito de imagem é usado de forma fraudulenta ou não seria através da comprovação da exploração real da imagem do jogador de futebol, essa comprovação de imagens e propagandas que usaram o nome do jogador. Desta forma, seria possível calcular o quanto a imagem do atleta está valendo e com isso seria possível o pagamento de um contrato de direito de imagem.

O mesmo caso ocorre em diversos países do mundo, entre eles a França. Neste sentido Marisco (2009 p. 92):

O atleta acaba sendo sócio majoritário de uma empresa criada para gerir a sua imagem, licenciando esse direito ao clube ou então a uma outra empresa construída pelo clube para gerir a imagem de todos os seus atletas. Da mesma forma que aqui, a jurisprudência tem entendido em alguns casos que esses valores pagos a título de licença de uso de imagem devem se re-qualificados como se salário fossem.

Voltando à realidade brasileira, é necessária uma análise mais aprofundada quanto à generalização de que as verbas pagas como título de direito de imagem

constituem elisão ou evasão fiscal, devendo ser analisado caso por caso, esgotando todas as hipóteses e casos. Nesse sentido Santoro (2002 p. 96).

Em nossa opinião é equivocada a generalização de que tais verbas integram o salário do atleta, devendo ser analisado cada caso específico, com base nos termos do contrato celebrado e com base na forma de sua execução. Em que pese a existência de opiniões contrárias, defendemos a idéia de que tais contratos são independentes, sendo perfeitamente legal a celebração do contrato de licença do uso de imagem (que não se confunde com o contrato de trabalho), desde que a conclusão e execução do contrato observem determinadas precauções.

Nessa linha ainda Oliveira (2002 p.54):

A Primeira questão que surge desta operação é sua classificação como evasão fiscal. No primeiro caso, tratar-se-ia da irregularidade, de uma manobra jurídica cujo objetivo é infringir as leis fiscais normalmente operacionalizada após a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária. Já no segundo caso, reconhecer-se-ia a legitimidade da operação, encarando-o como um planejamento fiscal aceito pela lei, o que é facilmente verificável quando a estratégia da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária. Mas a questão não pertence ao ramo tributário do direito.

Com os entendimentos acima denota-se que a linha entre a elisão fiscal e a evasão fiscal é tênue, não sendo possível a generalização quanto ao assunto, sendo necessária uma análise detalhada do caso que se apresente aos Tribunais.

A afirmação que pode ser feita é que na celebração do contrato de direito de imagem, ocorre a disponibilidade da imagem do atleta profissional com um caráter mercadológico, visando unicamente o aspecto financeiro tanto do clube de futebol quanto do próprio atleta que é remunerado pela exposição de sua imagem.

Como forma de distinguir se o contrato de direito de imagem, é de natureza trabalhista ou civil, é através da comprovação da utilização da imagem. Essa comprovação se dá através do numero de propagandas ou como a imagem do atleta foi utilizada pelo clube para alavancar o marketing do time de futebol. Nesse sentido Marisco (2009, p. 97) conclui que “ é plenamente viável que se quantifique um valor aproximado dessa licença de imagem por meio de agências de propaganda e marketing esportivo especializados em avaliar e mensurar esses “produto”.

Neste sentido o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região entendeu:

“ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL – PAGAMENTO A TÍTULO DE DIREITO DE IMAGEM – NATUREZA JURÍDICA – O art. 42 da Lei nº 9.615/1998 prevê expressamente o pagamento do valor pela cessão do uso do direito de imagem do atleta. Assim, essa parcela tem natureza civil, somente assumindo caráter salarial se demonstrada especificamente a existência de fraude. Fatos ocorridos antes da vigência da Medida

Provisória nº 79/2002. É certo que mesmo tendo a parcela paga a título de direito de imagem, a priori, natureza civil, isso não afasta a possibilidade de utilização fraudulenta do instituto. Todavia, isso reclama análise caso a caso e depende da análise dos fatos e provas trazidos aos autos. (TRT 18ª Região, Recurso Ordinário nº 01289-2002-003-18-00-5, Rel. Juiz Platon Teixeira de Azevedo Filho).

Ainda neste sentido do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região Delbin (2002. p.50) entende que:

Portanto, importante esclarecer que jamais se pode presumir a caracterização de fraude, somente em razão da existência do contrato de licença de uso de imagem, já que este é acessório ao contrato de trabalho. Eventualmente, se deverá demonstrar e comprovar, pontualmente, a fraude, jamais podendo ser presumida, respeitando-se o princípio da primazia da realidade nos casos de discordância do que ocorre na prática, o direito das partes e o que se infere dos documentos ou acordos, dando-se preferência ao que se sucede no terreno dos fatos. É, pois, exemplo a contratação do jogador Ronaldo pelo Sport Club Corinthians Paulista. Mundialmente conhecido, maior artilheiro de Copas do Mundo, vencedor dos maiores torneios de clube do mundo, bola de ouro duas vezes e melhor jogador do mundo três vezes, era um jogador com enorme apelo publicitário – faça-se a ressalva de que ainda continua com esse apelo, bem como Pelé, por exemplo –, ou seja, tinha uma imagem de alto destaque na mídia. Quando da sua contratação, havia forte desconfiança, haja vista histórico de lesões recentes e desempenho profissional recente aquém do esperado. Foi, então, uma grande estratégia de marketing do clube, que, utilizando a imagem do atleta para atrair patrocinadores, vender camisas e acessórios, além de divulgar a marca pelo mundo, valorizando-a, poderia sanar sua vida financeira. Pois, se no caso citado, o atleta possuísse vencimentos na carteira de trabalho equiparáveis, ou até menores que os do seu contrato de licença de imagem, ver-se-ia que isso não seria de maneira alguma fraudulento. Fica nítido, então, que cada caso deve ser analisado de forma específica.

Na mesma direção Santoro (2002, pag.27) entende que:

Em nossa opinião é equivocada a generalização de que tais verbas integram o salário do atleta, devendo ser analisado cada caso específico, com base nos termos do contrato celebrado e com base na forma de sua execução. Em que pese a existência de opiniões contrárias, defendemos a ideia de que tais contratos são independentes, sendo perfeitamente legal a celebração do contrato de licença de uso de imagem (que não se confunde com o contrato de trabalho), desde que a conclusão e execução do contrato observem determinadas precauções.

Com o entendimento doutrinário e jurisprudencial descrito, o contrato de direito de imagem não pode ser considerado fraudulento de forma genérica, não é possível julgar sem análise dos fatos concretos.

Para auxiliar no entendimento do assunto foi criada a cláusula penal desportiva, que possui base legal no Art. 28 da Lei Pelé que prevê que:

Art. 28: A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva, no qual deverá constar, obrigatoriamente:

I - cláusula indenizatória desportiva, devida exclusivamente à entidade de prática desportiva à qual está vinculado o atleta, nas seguintes hipóteses:

a) transferência do atleta para outra entidade, nacional ou estrangeira, durante a vigência do contrato especial de trabalho desportivo; ou

b) por ocasião do retorno do atleta às atividades profissionais em outra entidade de prática desportiva, no prazo de até 30 (trinta) meses; e

II - cláusula compensatória desportiva, devida pela entidade de prática desportiva ao atleta, nas hipóteses dos incisos III a V do § 5o.

§ 2º São solidariamente responsáveis pelo pagamento da cláusula indenizatória desportiva de que trata o inciso I do caput deste artigo o atleta e a nova entidade de prática desportiva empregadora

§ 3º O valor da cláusula compensatória desportiva a que se refere o inciso II do caput deste artigo será livremente pactuado entre as partes e formalizado no contrato especial de trabalho desportivo, observando-se, como limite máximo, 400 (quatrocentas) vezes o valor do salário mensal no momento da rescisão e, como limite mínimo, o valor total de salários mensais a que teria direito o atleta até o término do referido contrato.

§ 4º Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da Seguridade Social, ressalvadas as peculiaridades constantes desta Lei.

§ 5º O vínculo desportivo do atleta com a entidade de prática desportiva contratante constitui-se com o registro do contrato especial de trabalho desportivo na entidade de administração do desporto, tendo natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício.

Através da cláusula penal compensatória para o contrato de trabalho ser rescindindo faz-se necessário o pagamento de uma multa rescisória fixada entre clube de futebol e jogador de futebol. Desta forma, pelo entendimento da referida cláusula não é possível considerar sempre o contrato de direito de imagem totalmente ilegal e sempre integrá-lo ao contrato de trabalho do atleta de futebol.

Diante do exposto faz-se necessária a análise do magistrado no caso concreto, incumbido de analisar o fato ocorrido para determinar a natureza jurídica do contrato de imagem do jogador de futebol. Caso fique comprovado que o clube realmente explora a imagem do jogador a existência de ambos os contratos é lícita. Porém se ficar demonstrado que o pagamento é feito sem nenhum tipo de exploração da imagem o contrato deve ser considerado uma fraude trabalhista.

CONCLUSÃO

O presente capítulo procura atender aos objetivos que direcionaram este estudo, fazendo uma reflexão sobre a natureza jurídica do direito de imagem do jogador de futebol profissional.

A prática esportiva é amplamente difundida no país. Um contingente volumoso da população brasileira é torcedor de um clube de futebol, ou mesmo que não acompanhe o futebol, assiste de tempos em tempos uma partida de futebol.

Com a grande exposição na mídia, o jogador passa a ter sua imagem valorizada, pois o seu trabalho é mostrado de forma constante nos jogos de futebol e nos noticiários esportivos. Logo, a sua exposição perante um grande contingente de pessoas torna-se um negócio de grande proporção.

A remuneração auferida pelo jogador de futebol profissional em decorrência da licença para que o clube de futebol explore sua imagem, o que foi denominado de direito de imagem, gera controvérsia no âmbito jurídico, em grande parte pela natureza jurídica do direito referido.

Viu-se que a inserção do jogador de futebol ao mundo profissional do trabalho, de forma total e definitiva, deu-se á poucos anos. Ao longo de quase todo século passado, os atletas eram tratados de forma indiferente pelo direito, não sendo-lhes garantido os direitos de trabalhador comum, começando a ganhar esses direitos a partir da Lei 6354/76, quando puderam integrar o rol de trabalhadores.

Porém a mesma lei que os incluiu no rol de trabalhadores os prendeu de forma total ao clube de futebol, não lhes garantindo nenhuma liberdade de trabalho, sujeitando os atletas a situações não condizentes com o princípio constitucional da valorização do trabalho.

A introdução definitiva do jogador de futebol profissional passa a ocorrer com o advento da Constituição Federal de 1988, sendo a primeira carta constitucional a tratar do assunto de forma expressa e depois pela promulgação da Lei 9.615/98, intitulada de Lei Pelé, que garantiu a liberdade ao atleta de futebol.

Esse novo cenário para o atleta de futebol trouxe à baila novas questões no mundo jurídico sendo que, uma das mais latentes foi a natureza jurídica do direito de imagem do jogador de futebol profissional. Os atletas tem assegurado seu Direito de imagem, prerrogativa que foi concedida pela Constituição Federal no direito de

personalidade, que são intransmissíveis, imprescritíveis, impenhoráveis, inalienáveis, não podem ser transferidos e são vitalícios.

Porém os jogadores de futebol possuem uma realidade diferente do trabalhador comum, pois o seu produto de arrecadação maior é a sua imagem. O contrato de trabalho do jogador de futebol profissional trata de forma primária apenas da exibição do atleta em partidas de futebol e da sua obrigação de comparecer aos treinos e as concentrações pré partidas. Desta feita, a imagem do jogador de futebol profissional pode ser dividida em duas hipóteses: a imagem do atleta como indivíduo e a imagem do atleta como jogador de futebol. A imagem do atleta como jogador de futebol já é cedida de forma tácita quando ele assina o contrato de trabalho.

Já a imagem do atleta de forma pessoa não pode ser associada com a imagem do jogador de futebol, sendo necessária a negociação e o pagamento de um valor que indenizaria para o uso de sua imagem pessoal. Devido a essa necessidade surge o contrato de direito de imagem do jogador de futebol profissional, com objetivo de garantir um valor indenizatório ao atleta de futebol pelo uso de sua imagem pessoal.

Com o passar do tempo uma das irregularidades que passaram a ocorrer de forma rotineira, é a elaboração de um contrato de direito de imagem, com objetivo de diminuir todos os encargos que acompanham o contrato de trabalho, visando “burlar” a legislação vigente. Esse tipo de manobra gera economia às entidades esportivas e prejuízos aos atletas profissionais, que não recebem a totalidade de seus direitos trabalhistas.

Logo surge a problematização do estudo que é encontrar a natureza jurídica desse contrato de direito de imagem do jogador de futebol, pela sua natureza civil ou trabalhista, sendo necessária a definição no caso prático na busca do melhor resultado para a garantia da segurança jurídica.

Todas as partes possuem bases legais e jurisprudências para sua tese, com fundamentos jurídicos sólidos, sendo necessária análise de ambas as teses para compreender as ideias sobre o contrato do atleta de futebol. A natureza jurídica além do caráter legal possui caráter ideológico.

O entrave da questão é literalidade da “Lei Pelé” em garantir de forma expressa a natureza civil do contrato de direito de imagem e a jurisprudência e a

doutrina nacional em sua grande parte considerar o direito de imagem um contrato anexo ao contrato de trabalho, incidindo todas as verbas trabalhistas respectivas, causando uma série de decisões e entendimentos divergentes quanto ao assunto.

A escolha da natureza jurídica do direito de imagem do jogador de futebol profissional traz uma série de consequências no mundo fático, tal qual o foro competente para o julgamento da lide. Pois caso seja natureza cível o foro competente seria a Justiça Comum, caso fosse trabalhista o foro competente seria a Justiça Trabalhista.

Outra consequência seria a possibilidade ou não da rescisão unilateral do contrato de trabalho pela falta de pagamento do direito de imagem, caso fosse considerada a natureza civil o contrato não seria rescindido, sendo possível apenas a execução do contrato na Justiça Comum, porém se ocorresse o entendimento pela natureza trabalhista seria possível a rescisão, extinguindo o contrato de direito de imagem e também o contrato trabalhistas, e o atleta ficaria livre para assinar com outro clube de futebol.

Ademais, a escolha da natureza civil ou trabalhista do direito de imagem ainda influenciaria no pagamento de verbas trabalhistas como 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o pagamento de 1/3 de férias. O que influenciaria diretamente na remuneração do atleta de futebol.

O que é certo no assunto é que na celebração do contrato de direito de imagem, ocorre a disponibilidade da imagem do atleta profissional com um caráter mercadológico, visando unicamente o aspecto financeiro tanto do clube de futebol quanto do próprio atleta que é remunerado pela exposição de sua imagem.

Caso seja considerada a natureza trabalhista os contratos atuais de direito de imagem seriam considerados fraudulentos, pois teriam uma função de “burlar” as leis vigentes, o que resultaria na nulidade do contrato de direito de imagem, porém em alguns casos os contratos de direito de imagem cumprem sua função, pois o clube realmente explora a imagem do atleta, configurando a natureza civil do contrato de direito de imagem.

Logo a análise genérica da natureza jurídica do contrato de direito de imagem do atleta de futebol profissional não é a mais correta, pois em alguns casos o contrato realmente foi feito com esse sentido fraudulento, porém em outros casos a realmente a exploração da imagem do atleta.

A conclusão do trabalho é que a natureza jurídica deve ser analisada conforme o caso concreto, pois em alguns casos a imagem do atleta realmente é explorada pelo clube de futebol através de propagandas, logo nesse caso o contrato de direito de imagem é legal e deve ter sua natureza civil considerada. Contudo, em outros casos, o contrato de direito de imagem é usado de forma ilegal para tirar do jogador de futebol alguns direitos trabalhistas que lhe são inerentes e com isso trazendo benefício ao clube de futebol e prejuízos ao atleta de futebol profissional. Cabe ao agente do direito na aplicação diária desta ciência o bom senso e a percepção para garantir a natureza jurídica civil ou trabalhista do contrato de direito de imagem do jogador de futebol profissional.

REFERÊNCIAS

AFONSO DA SILVA, José. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 22 Ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BARROS, Alice Monteiro de. **Contratos e Regulamentações do Contrato de Trabalho**. 3ª ed., São Paulo: LTR, 2008.

BEVILAQUA, Clóvis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Estácio de Sá. 1975.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de autor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro, Forense, 2ª ed., 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20. nov. 2015

_____. **Código Civil**. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 05. dez. 2015.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 05. jan. 2016

_____. **LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 20. nov. 2015.

_____. **DECRETO LEI 3.199, DE 14 DE ABRIL DE 1941**.. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-norma-pe.html>. Acesso em: 20 de Dezembro de 2015.

_____. **Decreto nº 51.008, de 20 de Julho de 1961**.. Dispõe sobre competições desportivas, disciplina a participação dos atletas nas partidas de futebol e dá outras providências.. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51008-20-julho-1961-390632-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 de Novembro de 2015.

_____. **Decreto nº 53.820, de 24 de Março de 1964..** Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6354.htm. Acesso em: 10 de Novembro de 2015.

_____. **LEI Nº 6.354, DE 2 DE SETEMBRO DE 1976...** Dispõe sobre competições desportivas, disciplina a participação dos atletas nas partidas de futebol e dá outras providências.. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51008-20-julho-1961-390632-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 de Novembro de 2015.

_____. **LEI Nº 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967.** Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5250.htm. Acesso em: 20 de Janeiro de 2015.

_____. **LEI Nº 11.438, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006..** Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm. Acesso em: 20 de Novembro de 2015.

_____. **LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.** Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8036consol.htm Acesso em: 03 de Novembro de 2015.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Recurso Cível Nº 71003941986, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais**, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 10/04/2013. 2013. Disponível em: <http://tjrs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/112685560/recurso-civel-71003941986-rs>>. Acesso em: 05. fev. 2015.

_____. Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul. **TRF-5 - Apelação Cível: AC 402605 PB 0009515-19.2003.4.05.8200.** 2007. Disponível em: <http://trf5.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8120149/apelacao-civel-ac-402605-pb-0009515-1920034058200>>. Acesso em: 18. fev. 2015.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **TST - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVIST : AIRR 492008220095010009** . Disponível em: <http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/148894880/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revist>

a-airr-492008220095010009/inteiro-teor-148894900>. 2011. Acesso em: 23. jan. de 2016.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. TST - **EMBARGOS DECLARATORIOS**

RECURSO DE REVISTA: ED-RR 557005120035040023 55700-51.2003.5.04.00

23. 2003. Disponível em: <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1598283/embar>

rgos-declaratorios-recurso-de-revista-ed-rr-557005120035040023-55700-5120035

040023/inteiro-teor-10695261>. Acesso em: 19. jan. 2016.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. TST - **RR-163/2004-106-03-00, Acórdão 5.a**

Turma, Relator Ministro BRITO PEREIRA, DEJT-25/9/2009. 2009. Disponível em:

<<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/>

1939/77912/2015_ambiel_carlos_direito_imagem.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03. fev. 2016.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **TJ-RS - Apelação Cível AC**

70044023471 RS (TJ-RS). Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21264030/apelacao-civel-ac-70044023471-rs-tjrs/inteiro-teor-21264031>

>. Acesso em: 13. fev. 2016.

_____. Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo -**5 - TRT-2 - RECURSO**

ORDINÁRIO : RO 1249200249102006 SP 01249-2002-491-02-00-6. 2006.

Disponível em: <[http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/15800604/recurso-](http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/15800604/recurso-ordinario-ro-1249200249102006-sp-01249-2002-491-02-00-6)

ordinario-ro-1249200249102006-sp-01249-2002-491-02-00-6>. Acesso em: 18. dez. 2015.

_____. Tribunal Superior do Trabalho.- TST - **EMBARGOS DECLARATORIOS**

EMBARGOS DECLARATORIOS RECURSO DE REVISTA: ED-ED-RR 152000

8120045020060 152000-81.2004.5.02.0060. 2004. Disponível em: <<http://tst.jus>

brasil.com.br/jurisprudencia/23044208/embargos-declaratorios-embargos-declara

torios-recurso-de-revista-ed-ed-rr-1520008120045020060-152000-8120045020060-tst>. Acesso em: 09. dez. 2015.

_____. Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região.- TST - **TRT-3 - RECURSO**

ORDINARIO TRABALHISTA: RO 489702 01631-2001-019-03-00-3. 2001.

Disponível em: <<http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/129326127/recurso-ordinario-trabalhista-ro-489702-01631-2001-019-03-00-3/inteiro-teor-129326137>>.

Acesso em: 19. jan. 2016.

_____. Tribunal Regional do Trabalho 8ª Região.- **TRT 18ª Região, Recurso**

Ordinário nº 01289-2002-003-18-00-5, Rel. Juiz Platon Teixeira de Azevedo Filho.

Disponível em: <http://www.sintese.com/doutrina_integra.asp?id=1230>. Acesso em:

18. fev. 2016.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **TST - RECURSO DE REVISTA : RR**

1210004420045030025 121000-44.2004.5.03.0025.2003. Disponível em: <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1598283/embargos-declaratorios-recurso-de-revista-ed-rr-557005120035040023-55700-5120035040023/inteiro-teor-10695261>>.

Acesso em: 05. nov. 2015.

CAIRO JUNIOR, José. **Curso de Direito de Trabalho**. Salvador: Juspodvim, 2014.

COELHO, Paulo Vinicius. **Da Anatomia de uma derrota à autópsia de uma campanha. O Brasil sofre a maior derrota em cem anos de seleção**. 2014.

Disponível em: <http://espn.uol.com.br/post/424162_da-anatomia-de-uma-derrota-a-autopsia-de-uma-campanha-o-brasil-sofre-18>. Acesso em: 18. fev. 2016.

CORTI, Ana Paula. **Estado Novo (1937-1945): A ditadura de Getúlio Vargas**,. 2005

Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/estado-novo-1937-1945-a-ditadura-de-getulio-vargas.htm>> Acesso: 19. jan. 2016.

DELBIN, Gustavo Normanton. Aspectos práticos do processo desportivo. **Revista Brasileira de Direito Desportivo**. São Paulo: IOB, v. 11, 2002.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito de Trabalho**. São Paulo: Ltr, 2014.

ÉPOCA, Redação. **Há 63 anos, Ghiggia calava o Brasil e Uruguai comemorava o Maracanazo**. São Paulo. 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves. **Código Civil para Concursos**. Salvador: Juspodvim, 2014.

FRANZINI, Fabio. **Corações na Ponta da Chuteira** - Capítulos Iniciais da História do Futebol Brasileiro (1919 - 1938), 2014. Disponível em: <<http://cultcultura.com.br/arte-e-entretenimento/multicultural/futebol-brasileiro-profissionalizacao-tutela-politica-e-preconceito-parte-1/>>. Acesso em: 05. dez. 2015

JUNIOR, José Cairo. **Curso de Direito de Trabalho**. Salvador: Juspodvim, 2014.

FUHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Dicionário Jurídico**. São Paulo, Malheiros, 3ª Edição, 2010.

MARISCO, Francelle Moreira. **Direito a imagem e possibilidades repersonalizadoras do direito privado**: A problemática dos contratos de imagem dos atletas profissionais de futebol, São Leopoldo, 2009.

MASSON, Natalia. **Manual de Direito Constitucional**. Salvador: Juspodvim, 2014.

MATCHUCA, Chico. **A História do Futebol origem e evolução**. 2011. Disponível em: <<http://profchicomatchuca.blogspot.com.br/2011/10/historia-de-futebol-origem-e-evolucao.html>>. Acesso em: 08. fev. 2016.

OLIVEIRA, Gustavo Cecilio Vieira de. O direito de imagem na relação de emprego desportiva. **Revista do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo**, n 1, p. 54 . 2002.

SAHM, Regina. **Direito à imagem no direito civil contemporâneo: de acordo com o novo código civil, Lei nº 10.406, de 10-1-2002**. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTORO, Luis Felipe Guimarães. Afinal para que servem os contratos, **Revista do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo**, n2. 2002

SILVA, Sidney Barbosa. **Histórico do Futebol o início**. 2005. Disponível em: <http://www.campeoesdofutebol.com.br/hist_futebolmundial.html>. Acesso em: 05. fev. 2016.

SOARES, Jorge Miguel Acosta Soares. **Direito de imagem e Direito de arena no contrato de trabalho do atleta profissional**. PUC/ São Paulo. 2007.